

ATA NÚMERO 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Pedro Manuel Barros Pereira, António José Dinis Mesquita, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Raimundo Magalhães, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Sílvia Mota**, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Ana Cristina Varejão Reis, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e **José Augusto Carvalho Pinto da Silva**.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Faltou
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – **José Fernando Nunes**,
LOUREDO – Faltou
LUFREI – **António Francisco Macedo Teixeira**
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Alexandra Matias, Américo Paulo da Silva Ribeiro, José Sidónio Pinto Fonseca Vasconcelos, Presidente da Junta da Lomba e Jorge Pinto, Presidente da Junta de Lufrei.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião de 29 de abril. Foram feitas algumas correções solicitadas pelos senhores deputados municipais: António Araújo, Vitor Rei e Manuel Pinheiro. Feitas as correções, passou-se de imediato à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: José Fernando Nunes, António Francisco Macedo Teixeira, Sílvia Mota, Maria José Castelo Branco, Rui Miguel Borges e José Augusto Carvalho Pinto da Silva e Hugo Vaz pelo facto de não terem estado presentes na reunião de vinte e nove de abril.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida até ao dia da presente reunião.

Encerrado este assunto, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, pôs à votação um Voto de Pesar pelo senhor José Morais Clemente Teixeira, subscrito por todos os líderes parlamentares, que a seguir se transcreve: “A Assembleia Municipal de Amarante reunida em Sessão Ordinária em vinte seis de junho de 2015, presta o sentido reconhecimento pelo contributo social e cívico de José Morais Clemente Teixeira ao longo da sua vida, endereçando à sua família e a todos os que sentem especialmente a dimensão da sua perda, as sinceras condolências pelo desaparecimento de uma personalidade maior da vida associativa Amarantina, aprovando por unanimidade um **VOTO de PESAR** pelo seu falecimento.

Nascido em Amarante, em 13/05/1945, o senhor José Morais Clemente Teixeira foi um cidadão exemplar, comerciante, dirigente dedicado e competente de várias Associações deste Município, defensor de causas sociais e públicas e um reconhecido entusiasta de Amarante.

Era uma pessoa frontal, amigo e autêntico, amava a sua cidade e o seu Concelho, tendo como Autarca eleito servido a democracia Amarantina.

A sua permanente disponibilidade para as causas sociais, mesmo que difíceis enobrecem a sua vida e são exemplos de dedicação que devemos ter sempre presente.

Foi também, um empreendedor e um lutador em prol do comércio local, a que se dedicou em termos profissionais e como Presidente da Associação Empresarial de Amarante.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: 1º - Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do senhor José Morais Clemente Teixeira, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2º - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste -Voto de Pesar.”

O senhor **Presidente da Assembleia** propôs ainda à votação um Voto de Pesar, pelo senhor Arquiteto Acácio Brochado que a seguir se transcreve:

“No seu percurso de vida, que se iniciou em 15 de setembro de 1925, na Casa da Ponte, bem no coração da cidade, e terminado no passado dia 20 de junho deste ano, na Casa da Fonte, em Travanca, o Senhor. Arquiteto Acácio Brochado, desde que se tornou autónomo no pensar e no agir, sempre se mostrou admirador de Amarante e das suas gentes e comprometido com o seu desenvolvimento.

Era uma pessoa pública de Amarante, considerado por todos os que o conheciam, e eram muitos, a quem tratava com igual simpatia e atenção.

Arquiteto de profissão, deixou-nos belos exemplares de edifícios na cidade e no concelho.

Embora a sua atividade profissional se tivesse desenvolvido, maioritariamente, no setor privado, colaborou com grande empenho e entusiasmo, com o poder autárquico, sempre que foi solicitado, como, por mero exemplo, na construção do novo parque de campismo.

Homem de afetos e generoso, tinha um compromisso inabalável com o interesse público e o bem comum, que lhe impôs sempre altos padrões de exigência na vida pública, fundamentados na honradez, na amizade, na disponibilidade e na simpatia.

A morte do Senhor Arquiteto Acácio Brochado deixou em todos um profundo sentimento de perda, que comungamos com os seus familiares mais chegados.

Proponho que a Assembleia Municipal manifeste publicamente o seu pesar pela morte do Sr. Arquiteto Acácio Brochado, guardando um minuto de silêncio em sua homenagem e que se associe à dor dos seus familiares, apresentando-lhes as mais sentidas condolências pelo seu decesso”.

A exemplo do anterior foi também aprovado pela Assembleia tendo sido guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Foi de seguida submetido também à votação um voto de congratulação pelo Prémio Escola – Mérito Institucional 2013/2014, atribuído ao Externato de Vila Meã, que a seguir se transcreve: “O Prémio Escola – Mérito Institucional foi instituído no ano letivo 2011/2012 pelo Ministério da Educação e Ciência.

A sua criação visou o reconhecimento da excelência e das melhores práticas dos estabelecimentos de ensino públicos e privados e também dos agentes envolvidos no processo educativo, desde o pré-escolar ao secundário, que tenham promovido de forma meritória o ensino nas diversas missões da escola.

O Júri constituído deliberou atribuir o “Prémio Escola – Mérito Institucional 2013/2014” ao Externato de Vila Meã, tendo o mesmo sido entregue no passado dia 30 de abril, numa cerimónia que decorreu no Teatro Thalia em Lisboa, na presença do senhor Ministro da Educação e Ciência, Dr. Nuno Crato.

Nessa sequência, foi publicado no Diário da República – 2ª Série, de 8 de maio, o Louvor nº 192/2015, um louvor de distinção desse Externato, pelo senhor Ministro da Educação e Ciência.

Este prémio foi o resultado e o reconhecimento público de um percurso de 50 anos, no qual o Externato de Vila Meã construiu a sua identidade, realçando-se também o facto de ter sido o único estabelecimento de ensino privado, no norte do país, a receber tal prémio.

Assim, face ao exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal de Amarante expresse a sua congratulação pela honrosa distinção atribuída ao Externato de Vila Meã”.

Todas as votações obtiveram a aprovação por UNANIMIDADE.

Terminado este período, foi então dado início ao Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

RITA MARINHO BATISTA – PSD

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Livros Escolares: Não fosse uma promessa...”

Este ano letivo será marcado pelo retrocesso para os alunos do 1.º ciclo de Amarante.

A Câmara Municipal de Amarante preparava-se para participar no próximo ano letivo os manuais escolares para os alunos do 1.º ciclo das escolas do ensino Básico da rede pública e privada. E digo preparava-se, porque já não vai, e contextualizo. A Câmara Municipal pretendia participar a diferença entre o valor que a administração central já disponibiliza para os alunos beneficiários da Ação social escolar e a totalidade do custo dos manuais escolares obrigatórios, estimando-se um custo de 120.000,00€.

O Senhor Vereador do Movimento Independente Amarante Somos Todos apresentou uma contraproposta que teve votação favorável dos senhores Vereadores do Partido Socialista nos termos da qual será atribuída participação aos alunos do 1.º ciclo beneficiários do escalão A e B, ficando esta dependente da entrega ao banco de livros escolares dos manuais recebidos no ano anterior, é também atribuída participação para os alunos beneficiários do 3.º escalão do abono de família no montante correspondente a 50% e a atribuição da participação é feita pelos agrupamentos escolares.

O que daqui se retira é que se a participação fica dependente da entrega dos livros do ano anterior ninguém vai ter acesso à participação porque as indicações do Ministério da Educação são para que estes mantenham os livros até ao 4.º ano uma vez que têm exame nesse ano. Ainda que esta condição não faça sentido, menos sentido para mim faz não fazer a mesma exigência aos alunos do 3.º escalão que têm os livros participados em 50%. As crianças Amarantinas que não se enquadram no escalão A, B ou 3.º não terão no ano letivo 2015/2016 nenhum apoio do município quanto aos manuais escolares. Acresce que até a operacionalização da medida cria sérias dúvidas.

Vejamos, no ano letivo 2014/2015 o total de alunos do 1º ciclo a beneficiar da medida "Manuais escolares" foi 1846 e o total gasto pela autarquia foi 88.859,95€. No ano letivo 2015/2016, alargando-se aos alunos do ensino privado, teria o custo aproximado de 120.000,00€.

Esta medida tem um impacto residual nas contas do município mas um impacto enorme em cada família. Um ano não é suficiente para avaliar a medida, sendo precoce acabar com a mesma com apenas um ano de implementação.

A Câmara Municipal de Famalicão, foi a primeira no País, há 14 anos, a avançar com uma medida igual à adotada em Amarante no ano passado, que tem sido seguida por diversos municípios portugueses, como Monchique, Alcobaça, Loulé, Seia, Almada, Castelo de Paiva, Condeixa, Esposende, Boticas, Vila Nova de Gaia, Miranda do Douro, Ovar ou Barcelos.

Defende-se nos concelhos onde a medida foi adotada que este é instrumento de apoio concreto às famílias e de promoção da igualdade de oportunidades entre as crianças do concelho. Citado numa notícia afirma o Sr. Presidente da Câmara de Famalicão que a medida resultou num retorno extraordinário para Vila Nova de Famalicão, lembrando que o território tem vindo a colecionar sucessivas distinções de diversas entidades e organismos, que o apontam como “Autarquia Familiarmente Responsável” e como “Melhor Município para Estudar”.

Amarante, contra a vontade dos vereadores da coligação Afirmar Amarante (PSD e CDS-PP), não vai seguir este caminho.

Com esta medida estávamos a dizer aos amarantinos que no início do seu processo de formação todos estão no mesmo plano, demonstrava a aposta do município na educação, procurando torna-lo atraente para as jovens famílias que vêm os seus encargos reduzidos e podia ser um estímulo para a fixação das famílias no concelho, pois mesmo para as famílias que não têm acesso ao apoio social a aquisição dos manuais não deixa de ter um peso significativo do orçamento familiar.

Diz-se nos outros concelhos que a oferta dos manuais escolares obrigatórios e indispensáveis à formação escolar, além de ajudar as famílias no orçamento familiar, é também uma medida que visa atrair e fixar mais alunos ao concelho, rentabilizando assim os estabelecimentos de ensino, e reforçando a competitividade territorial. Há quem entenda que Amarante não precise disso.

Não fosse esta uma promessa eleitoral da coligação Afirmar Amarante, estou certa que seria votada favoravelmente por todos os partidos.

A governação quatro/ um/ quatro, não serve para construir o futuro, mas para bloquear, marcar posição, impedir que se faça”.

RUI MIGUEL F. BORGES – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra o senhor deputado disse que "não estando previsto fazer esta intervenção, não deixamos de mencionar que a proposta apresentada, pelo Senhor Vereador Pedro Barros, para atribuição de comparticipação dos manuais escolares vem na sequência do que já dissemos no ano anterior, em que mostramos as nossas reservas. A proposta anterior não efetuava uma diferenciação positiva tendo em conta a disponibilidade financeira dos agregados familiares. De mencionar que as autarquias têm recursos limitados e como tal devemos acautelar a sua boa gestão. Todas as medidas devem ser alvo de uma avaliação e até hoje não fomos confrontados com evidências que tenha acontecido. Esta nossa proposta não é mais do que uma consequência do que mencionamos aquando da votação da primeira proposta."

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que correu tudo muito bem no passado com o apoio dos manuais escolares. Se calhar a medida causou alguns engulhos e então quiseram retroceder ao arripio de uma educação básica, universal e gratuita que todos conhecem. Não quiseram atenuar aquelas situações de pobreza envergonhada, difícil de analisar, bem sabendo que os indicadores de rendimento nem sempre estão corretos ou são fiáveis. Não quiseram estimular a fixação das famílias mais jovens em Amarante, a exemplo dos bons resultados que aconteceram por exemplo em Famalicão. Ainda por cima com uma proposta com várias lacunas, designadamente a nível de operacionalização. Bem pode dizer-se que andaram alegremente de mão dada para trás impedindo este Executivo de cumprir os seus compromissos, mostrando ainda falta de coerência. Quanto aos manuais escolares, reprovaram uma medida para todos, mas vieram pouco depois aprovar uma outra medida para todos, relativa ao alargamento dos transportes escolares gratuitos até ao 12º ano, concretamente 10º, 11º e 12º ano.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a proposta do Movimento Independente, respeitante aos livros escolares, mereceu na Câmara a aprovação dos senhores Vereadores do PS, embora não fosse esta a proposta que o PS gostaria de apresentar. E por isso esperamos que no próximo ano o PS apresente a sua própria proposta. Relativamente à matéria aqui em discussão, gostaria de perguntar à bancada da Coligação Afirmar Amarante se defende, como nós também defendemos e ninguém põe em causa, a educação básica, universal e gratuita para todos? E se assim for o caso, como é que é possível que ainda não se tenha resolvido a questão de alguns alunos do primeiro ciclo relativamente às escolas de Padronelo e Jazente de modo que

lhes seja assegurado o transporte, porque se eles não puderem aceder à escola, também não fará qualquer sentido que tenham os manuais escolares.

Relativamente à fixação das famílias, gostava que me indicassem os dados que têm para dizer que houve famílias que vieram para Amarante em função desta medida, porque esta medida vista em conjunto e no âmbito de outras medidas, pode ser considerada razão da fixação de algumas famílias. Agora, ninguém vem para Amarante só porque a Câmara está a oferecer os manuais escolares.

Relativamente ao alargamento dos transportes escolares, é evidente que desde o momento que se alargou a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, faz todo o sentido que se defenda o alargamento para os transportes escolares.

RITA MARINHO BATISTA – PSD

No uso da palavra, referiu-se à intervenção da oradora anterior para lhe dizer que quanto à questão particular que coloca dos transportes escolares de Padronelo e Jazente não lhe parece que esta Assembleia Municipal seja o local próprio para resolver tal questão, podendo os Senhores Vereadores do PS propor em reunião de Câmara o que entendam ser o melhor para a resolução do problema.

Relativamente à avaliação da medida e à contribuição da mesma para a fixação das famílias, disse que um ano é manifestamente insuficiente para o fazer, mas recorrendo a exemplos de outros concelhos, como alguns que dei e em específico a Vila Nova de Famalicão onde a medida deu provas concretas de sucesso, justificava-se continuar com a mesma.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que só queria salientar a atitude de resposta do PS, que é aquela atitude tipo quase maniqueísta de responder com uma pergunta e com argumentos laterais. Sabem perfeitamente o que se passa com Padronelo e Jazente, porque foi aqui devidamente explicado pelo senhor Presidente da Câmara, quando se discutiu essa situação. Como disse a senhora deputada Rita Batista, num ano não é fácil aquilatar os efeitos da medida de apoio aos manuais escolares. Terminou dizendo que apenas fizeram referência aos dados de Famalicão onde a medida já foi implementada há mais tempo.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse que iria fazer algumas interrogações, por forma a saber o que é a política, qual a essência da política e qual o objetivo central de estarmos na política? Eu acho que o objetivo central da política é trabalharmos todos em prol de satisfazermos as necessidades da comunidade, de uma freguesia ou do concelho.

A política é a arte de fazer e de concretizar, obedecendo a um quadro legal e aos formalismos instituídos, mas que muitas vezes em prol de um objetivo maior, temos de parar um pouco para pensar nas pessoas e nos transtornos que por vezes se lhes causa. Exemplo disso são dois casos na sua freguesia, que não são fáceis de ultrapassar, que é a questão das escolas e mais recentemente os sintéticos. Muitas vezes, antes de se avançar com contrapropostas, que colocam em causa as pessoas que estão ao serviço das Associações e que trabalham desinteressadamente, que trabalham por carolice, por boa vontade e com perda dos eu próprio tempo, veem todo o seu trabalho posto em causa, só porque muitas vezes não se quer arranjar uma forma de contornar a situação. Portanto, em prol deste objetivo maior era preciso que todos contribuíssemos para a satisfação das necessidades, que pelos vistos se justificam, uma vez que são aprovadas por todos. Agora é preciso que se concretizem no mais curto espaço de tempo.

Aquilo que se tem passado nomeadamente com estes dois casos concretos, os senhores Vereadores tem essa obrigação maior de contribuir para que façamos alguma coisa de muito importante para as populações.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que poderia começar a sua intervenção por uma lamentação, transformando esta Assembleia numa Assembleia das lamentações. Mas acha que devemos fazer uma discussão séria dos temas, nomeadamente o tema apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Vila Caíz um tema que merece a nossa maior consideração, porque a arte de fazer política é a arte mais nobre que se pode ter na nossa atividade pública. Mas também entende que nada pode ser feito, se não o for dentro dos padrões da legalidade e do correto funcionamento. Política também é isso. É cumprir os princípios democráticos e todos os princípios legais que esteja ao seu dispor. Não há política nem serviço público sem legalidade. Continuou a sua intervenção referindo o sintético da Associação, sem pôr em causa o valor que ele possa ter, quer para Vila Caíz, quer para o Concelho. Põe em causa os moldes em que ele é processado. É isso que o PS põe na sua contraproposta. Analisou os documentos e reparou em algumas discrepâncias relativamente aos valores e aos montantes que estão atribuídos ao pavimento sintético relativamente a outros investimentos e infraestruturas que a autarquia fez. Por isso tem algumas dúvidas em dois ou três eixos. O primeiro eixo – Tenho alguma dificuldade em perceber que numa autarquia onde o Presidente de Câmara tem uma autonomia até 149.000 euros para fazer um ajuste direto, faça uma transferência no valor de 282.000 euros a uma Associação para pagar uma obra para a qual não tem legitimidade para o fazer sozinho através de uma proposta direta. Tem em segundo lugar algumas reservas relativamente ao valor da proposta, nomeadamente a alguns preços individuais do concurso no que diz respeito à camada de base, o tout venant, com um valor de 3,97 euros para 15 centímetros, que não é um valor de mercado e valor da própria relva. Por exemplo o valor da relva do estádio municipal, relva com maior qualidade tem um valor mais baixo, que aquele que agora aparece na proposta para Vila Caíz. Portanto, aquilo que o PS fez, de acordo com as recomendações que analisamos aqui no final do ano, relativamente à prática abusiva de se convidar apenas uma empresa, foi de numa contraproposta dizer que se devem convidar mais concorrentes. Se isso traz implicações a nível de prazos, certamente trará. Mas há princípios inalienáveis na execução e aplicação do dinheiro público. Faz votos para que os Vereadores de forma articulada possam reconhecer quem apresentou propostas, que também poderão retirar e que possam entender que há formas de encontrar soluções mais rápidas e com menos transtornos para as associações em causa. Há uma coisa de que não podemos esquecer; as boas práticas da execução financeira e a boa gestão do dinheiro público devem ser colocadas em primeiro lugar. E concluiu dizendo “Eu sou sensível às posições levantadas pelo senhor Presidente de Junta, mas é verdade que devemos encontrar aqui um ponto médio de equilíbrio que leve a uma melhor solução. Os valores propostos não estão dentro dos valores de mercado como provam os investimentos anteriores em aspetos similares”.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse que não iria entrar em questões técnicas. Parece que na altura o senhor Presidente da Câmara apresentou outras hipóteses e outros valores que também não foram aceites. Apelou ao bom senso, para se fazer mais e melhor em prol das pessoas.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que o Dr. Jorge Ricardo referiu um dado importante, porque os senhores vêm comparar o incomparável. Compararam valores estimados com os valores que depois foram adjudicados. O senhor até percebe disso. Mas o facto, o que se contesta é atitude, conforme também referiu o senhor Dr. Jorge

Ricardo. É legítimo que se queira um concurso público, é totalmente legítimo. Mas será que o outro procedimento será ilegal? Tem o senhor deputado a certeza disso? É que agora há um pendor legalista nomeadamente por parte dos senhores Vereadores com formação jurídica. E muito bem. Mas se tinham dúvidas pediam um parecer jurídico. Não nos podemos arvorar em donos da verdade, muito menos a verdade jurídica. Eu tenho imensas dúvidas em várias questões. E muito menos lançar suspeitas. Isso é que não é admissível.

No anterior mandato, quando eu fui Vereador da oposição, quando havia dúvidas faziam-se sugestões, numa atitude colaborante. Não se arvoravam em donos da verdade jurídica. Não lançavam labéus e epítetos de incompetência e descalabro. Isso pode ser confirmado com o anterior Executivo. Alguns bem sabem que é muito fácil lançar suspeitas e boatos, que a maior parte das vezes não têm qualquer fundamento. Contestamos essa atitude. O facto é que as obras estão atrasadas. Será que ainda poderão ser feitas?

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que não quer levantar suspeitas. Quer é dizer que os valores que chegaram à reunião de Câmara, são valores que estão acima da realidade dos preços de mercado, como francamente comprova a Câmara de Amarante ao ter feito duas adjudicações por valores significativamente mais baixos. Uma coisa é o preço base. Outra coisa é o preço que o concorrente apresenta e que é adjudicado. Que fique bem clara essa situação. Se um dia a Câmara lançar um concurso para um preço base de tout venant para quinze centímetros no valor de 3,97 euros, eu digo que gostaria de fazer essas obras todas. A proposta final foi aprovada por unanimidade. Parece claro que toda a gente concordou com ela. Ou o PSD vota propostas favoravelmente quando não concorda com elas. Julgo que a solução encontrada foi uma solução de consenso entre todos. Portanto não queiram agora desvirtuar algumas situações.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse ao senhor deputado Hugo Carvalho que “ele às vezes não percebe o que está em causa. É claro que foi aprovado e se não fosse, o que é que acontecia se não tivesse sido. Qual era a alternativa senhor deputado? Lembram-se do mandato 2005/2009 e daquilo que o senhor Presidente dizia na altura? Sabem ou não sabem? É pena que agora se calem. Quando o senhor Presidente dizia que não o deixavam governar, quando o senhor Presidente ia para Tribunal com regulamentos e então agora vêm fazer o mesmo. É assim que se age? Nós estamos a contestar essa atitude. Atitude essa, que apesar de estarmos em minoria nunca tivemos no anterior mandato. E o senhor não está a perceber isso. Qual era a alternativa senhor deputado? Sabe qual era?

Entretanto, o senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra para informar a Assembleia, dizendo que nessa altura impugnou o referido Regulamento e ganha a questão. Quem levou os Vereadores a contestar impugnação, saiu fora e eles é que tiveram de pagar as custas.

JOSÉ FREITAS RIBEIRO – PS

No uso da palavra disse que o importante é que haja um consenso. Há muitas maneiras de se poderem realizar as obras. Mais cedo ou mais tarde o relvado vai ser colocado. O Grupo Cultural e Desportivo de Vila Caíz não pode sair prejudicado e neste momento têm necessidade de ter o campo relvado uma vez que subiu de divisão. Espera que isso aconteça o mais rapidamente possível.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que não podemos comparar aquilo que não tem qualquer tipo de comparação. Tentar comparar a atuação dos senhores Vereadores do PS e do Executivo do PSD com os tempos do Movimento Amar Amarante e a governação da Câmara, para todos os intervenientes, não merece qualquer tipo de comparação.

Relativamente à questão em concreto da escolha dos sintéticos e do procedimento dos sintéticos, a decisão de contratar reside num órgão que é a Câmara Municipal de Amarante. Quando se opta por um determinado tipo de procedimento, escolhe-se e decide-se se é mais ajustado fazer um ajuste direto, ou se se deve fazer um procedimento com prévia qualificação, ou até um concurso público, ou seja, todos esses procedimentos são legais, estão previstos na lei e portanto a entidade escolhe aquele que melhor entenda para salvaguardar os interesses dos Amarantinos. Foi isso que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade e decidiu pelo concurso público atendendo aos valores em causa, porque eram esses que melhor acautelariam os interesses de todos. Para que não haja dúvidas, ninguém é contra a realização dos sintéticos. Ninguém do PS está contra a realização da obra, reconhecendo obviamente que o entrave neste procedimento, colocou mais alguns constrangimentos à execução da obra seja qual for o resultado final a obter. Será sempre a defesa de Amarante e as contas do Município que estarão em causa.

Também foi aqui aflorada a questão das escolas. Por isso gostava que o senhor deputado do PSD nos viesse dizer quais foram as contrapropostas quer dos Vereadores do PS, quer do senhor Vereador do Movimento Independente que obstaculizaram a execução das obras nos P3?

ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

A postura do senhor Presidente e dos Vereadores ao votarem favoravelmente esta proposta só provam que não tiveram qualquer problema em abdicar de um procedimento em contrapartida de outro. Em relação às escolas sabemos, por aquilo que nos foi comunicado que há questão pendente no Tribunal de Contas e na Inspeção Geral de Finanças, questão essa que não diz só respeito a Vila Caíz, mas está a causar muito transtorno. Mas aí se calhar o erário público não é tido em conta, porque depois há a questão dos monoblocos que tem um valor considerável por mês. Mas aí o erário público já não é uma questão de somenos importância. O Vila Caíz podia jogar no campo de treinos do Amarante, se ele tivesse as medidas necessárias.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que iria precisar quanto aos P3 e ler uma declaração de 23 de fevereiro de 2015, que como sabemos na altura até havia um parecer jurídico bem fundamentado e que dizia não haver qualquer irregularidade no processo, embora os senhores Vereadores da oposição tenham entendido que sim. Portanto, atento ao que vem sendo dito, no campo estritamente jurídico é por demais evidente a dúvida quanto à legalidade dos procedimentos e das deliberações relativas às empreitadas das escolas do Barracão, as de Vila Caíz e as de Santa Comba em Real, pelo que iremos remeter os respetivos processos à Inspeção Geral de Finanças a quem compete o controle da legalidade nos órgãos do Estado e nas Autarquias Locais, e ao Tribunal de Contas para se pronunciarem acerca da sua conformidade com a lei”. Esta declaração é do senhor Vereador Dr. Pedro Barros que afirmou aqui que queria remeter a estes órgãos os processos. Pensamos então que a senhora deputada também conhecia esta ata. Penso que os processos tenham sido remetidos.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

O senhor deputado da coligação quando referiu as contrapropostas que estavam a criar entraves ao desenvolvimento e à normal gestão da Câmara, falou em contrapartidas relativamente às escolas e aos sintéticos. Eu perguntei qual foi a

contrapartida relativamente às escolas. Como vemos não há contrapropostas nenhuma. A proposta que foi presente à Câmara foi aprovada. Posteriormente à aprovação é que foram levantadas algumas dúvidas sendo certo que se está tudo legal, contínuo sem saber se as obras têm algum problema. A última informação que vi relativamente a isso, foi que as obras não estavam suspensas e o prazo ainda não tinha terminado. Portanto, não sei do que é que estamos a falar.

FLÁVIA QUEIRÓS – MOVIMENTO AMARANTE SOMOS TODOS

No uso da palavra disse que há claramente a tentativa de contaminação da realidade, como há a tentativa de reescrever os factos que vão contra o que efetivamente se passou. Nós tivemos uma reunião realizada no Executivo no dia vinte de janeiro em que foi aprovada uma empreitada para cada uma das escolas. No dia vinte e um, temos os Serviços a fazerem os autos de consignação. Atualmente as empreitadas estão a decorrer e têm o seu fim previsto para trinta de junho. Tudo o que anda à volta das escolas e das empreitadas é ruído. Depois desta data de trinta de junho, teremos muito gosto de numa próxima Assembleia discutir este assunto.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse que “relativamente ao que aqui foi dito em relação ao apoio aos livros escolares, a medida foi uma medida política que o Executivo resolveu apresentar o ano passado, que foi aprovada e que este ano voltou a apresentar, mas que uma contraproposta da maioria fez com que ficasse alterada. Não pode agora, o senhor Deputado Miguel Borges vir dizer que foi uma diferenciação positiva para as famílias mais carenciadas. Se isto é verdade e se acredita naquilo que disse, então quando este Executivo propôs que os transportes escolares fossem gratuitos até ao 12º ano, deviam ter votado contra. Vamos ser coerentes. Na vida temos de ser coerentes e não podemos tomar atitudes só porque nos dá jeito. E porque nos dá jeito dizer que são os Agrupamentos que fazem a distribuição. O que querem com isto? Então a Câmara, mesmo com esta contraproposta vai pagar para a classe A, para a classe B e 50% para o terceiro escalão. Já não paga para o 4º, 5º e 6º escalão. Mas não é a Câmara porquê? Remetem isto para os Agrupamentos que agora estão sem saber o que fazer com isto. A Câmara tinha um protocolo com toda as livrarias, que de alguma forma contribuía para a economia local. Ora pensem; isto é política para defenderem a diferenciação positiva, ou querem chamar-lhe outra coisa e estão aqui agora a revestir este assunto com uma nova roupagem? Mais não digo.

Relativamente às palavras da senhora Deputada Octávia Clemente disse-lhe que ela cometeu um lapso, quando disse que a Câmara não paga os transportes escolares às crianças de Padronelo e Jazente. Disse-lhe então que a Câmara paga os transportes a todas crianças do Município para as escolas de referência. A senhora deputada devia saber isto, até porque esteve aqui muitos anos. Vem aqui fazer uma afirmação neste púlpito depois de saber muito bem quais são as regras, dizendo que este Executivo se recusa a pagar. A senhora faz isto aqui? Como é que é possível? Deve estar equivocada. Este Executivo continua a pagar os transportes escolares a todas as crianças do Município para as escolas de referência. Se assim não fosse estaríamos muito mal. Se todas as crianças do concelho se quisessem inscrever em todas as escolas, tínhamos de andar a pagar a todos e dessa forma não haveria transportes que chegassem.

Respondeu de seguida ao senhor Deputado Hugo Carvalho, a quem disse que podia ter feito duas coisas. Uma com base na sua experiência profissional que era dar uma lição de moral ao Executivo, para dizer como é que se faz uma proposta, o que é um valor estimado, uma adjudicação e inclusivamente dizer como se aplica o tout

venant e quais as técnicas a seguir. O senhor que afinal percebe disto, devia ter dito que a colocação do sintético do Amarante Futebol Clube, foi calculado por um engenheiro muito incompetente que orçamentou aquela obra em 278.000 euros. Este orçamento agora, calculado talvez por um engenheiro pouco competente custou apenas 185.000 euros, logo menos 100.000 euros. Aliás, agora, até já fala e percebe de espessuras. Eu não percebo, vamos ser claros. Perante isto, o senhor Deputado podia era ter um feito uma declaração política e dizer apenas que não concordava com a proposta.

Eu tenho de respeitar, como respeito aquilo que os senhores Vereadores entendem ser o melhor. Agora o senhor Deputado vir para aqui dizer que a relva é pior, isso é que não. Se tivesse visto a qualidade daquilo que foi proposto ia verificar que a qualidade é muito superior. Tem mais filamentos, logo é de maior qualidade. O senhor pode não concordar, a Vereação também, e eu só tenho de respeitar. Agora em vez de fazer uma declaração política, vir para aqui dar uma lição de moral às pessoas é que não. Isso não é correto da sua parte. O senhor deve refletir um bocado naquilo que anda a dizer, até porque eu sei que terá um futuro muito brilhante.

Relativamente ao P3, disse que a partir de 30 de junho iria falar, ia guardar-se para essa altura. O Dr. Araújo citou parte de uma ata, que pela sua leitura e não sendo eu da área do Direito, porque até costume dizer que as pessoas da área do Direito confundem tudo, o que nos obriga muitas vezes a pedir pareceres jurídicos a universitários, dando-lhes três ou quatro mil euros, para podermos ficar esclarecidos. Eles esclarecem e até agora têm-nos dado razão. Pelo menos até agora temos tido razão. Não sou eu, são os técnicos que fazem as propostas. Ainda estou a ganhar. Um dia talvez vá perder. Um dia, alguém se há-de enganar e nessa altura os senhores Vereadores vão ter razão e eu não. Neste caso concreto eu tenho de respeitar porque na altura houve quem levantasse celeuma. Isto já foi aqui discutido. Mas há aqui uma coisa que é dita e depois de refletirem não interessa aqui o sentido de voto. Com mais calma refletiram e chegaram à conclusão que podia haver indícios de alguma ilegalidade. Eu, perante isto, e perante a minha razoabilidade, levaria a que vocês dissessem “vamos ver no que é que dá”. Acho isto razoável. A obra continua, porque há efetivamente uma segunda fase. Poderá até haver a possibilidade de a candidatar ao Programa 20/20, que por acaso ainda não saiu, mas vamos lá ver o que diz o parecer. Depois falamos. Pode ser que o parecer do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças nos possam elucidar sobre aquilo que achamos ser ilegal. Pode ser que até nos deem razão. Eu penso que será esse o veredito. O único problema aqui, é que se perde tempo. Mas é assim. A vida é feita de improváveis.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, disse ao senhor Presidente da Câmara que começa a ficar convencido quando ele lhe diz que irá ter um futuro brilhante. Agora, não mistura valores. Não sendo as medidas as mesmas é lógico que os valores são diferentes. O que parece é que quando há um preço base tem de se partir daí. Havendo uma maior concorrência, é natural que se consigam melhores preços.

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que em reunião de Câmara disse aos senhores Vereadores que se eles tivessem dúvidas deviam apresentar as empresas todas que entendessem e até podiam fazer parte do júri. Disse isto diversas vezes. Eu não tinha nenhum compromisso com ninguém. Podem agora querer lançar o compromisso. Está na ata senhor deputado. Quem não deve não teme. Por isso é que eu disse – vamos lá. Estão aqui os senhores Vereadores que podem confirmar. Disse-lhes que podiam escolher as empresas que quisessem. Essa não era a questão, isto para que não restem dúvidas.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato ao período das intervenções do público. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: **ANTÓNIO ADELINO**, que no uso da palavra disse o seguinte: “Senhor Presidente desta Assembleia, uma vez que me foi impossível estar na última Assembleia (de 29 de Abril), nesta irei fazer uma espécie de dois em um, e portanto apelo à sua compreensão e à sua boa vontade no que se refere ao tempo que me concede; feito este apelo (“súplica”) vamos então ao que me trouxe aqui; já agora Dr. Armindo, na assembleia da eleição do conselho municipal de segurança e do juiz social, o senhor fez uma caracterização sucinta do conselho de segurança, que me agradou, e estava à espera que fizesse o mesmo com o juiz social, mas não o fez, poderá fazê-lo agora?”

Senhor Presidente da Câmara, ouvimos ainda há pouco justificações, relativamente à oposição sobre os livros escolares do 1º ciclo, que eu subscrevo (dar sim mas só aos alunos realmente necessitados), e o que eu sugeria é que com o banco de livros a ser lançado, uma boa ideia mas a ser “calibrada”, é que os do 1º ciclo sejam novos, como sabe as crianças são um pouco cruéis (francas) e haver crianças na mesma sala com livros novos ao lado de colegas com livros usados não é o melhor para um ambiente sadio dentro da sala de aula; um parêntese, não estou a vê-lo fazer discriminação relativamente aos amigos dos seus filhos (enquanto crianças o que o senhor daria aos seus dava exatamente aos amigos que os acompanhassem numa qualquer saída); e então seria (a tal sugestão) uma espécie de “mixt” (híbrido) entre a modalidade anterior e a do banco de livros e que consistia no seguinte: como o senhor reconheceu, só cerca de 60% dos alunos do 1º ciclo têm realmente necessidade da oferta grátis dos livros e então 60% da verba gasta com os manuais, cerca de 78mil euros (60% de 130mil euros) oferecer a esses alunos necessitados do 1º ciclo, e aos restantes ciclos de ensino aplicar-se a ideia original do banco dos livros (meritória), que é a utilização, em condições, dos manuais utilizados nos anos transatos.

Como referi gostava de ter estado na última assembleia (de 29/4) porque tomei conhecimento que o conselho de ministros em reunião de 19 de Abril (não é que consulte o diário da república, só que recebo um semanário que trás o resumo da reunião do conselho de ministros) decidiu que os PDM dos concelhos envolvidos na barragem do torrão ficariam suspensos, ao mesmo tempo aprovaram medidas preventivas relacionadas com a barragem, e o que eu gostaria de saber é se o senhor está em condições de nos adiantar algo sobre isso?

Quanto à iluminação do campo da feira, ter que se esperar que se faça o quartel da GNR, embora aceitável, não é a mais conveniente, porque há quem advogue (técnicos ligados à área) que basta a simples substituição dos cachimbos dos postes para o problema ficar resolvido (utilização de LED e pondo em prática a eficiência energética, tão cara ao senhor); recordei mais uma vez que na zona um morador à porta de casa em plena passadeira foi atropelado e ficou muito mal tratado.

Por alturas dos funerais que saem da misericórdia não existe forma de evitar a, digamos, “via sacra” do cortejo, do féretro ter que «dar a volta ao bilhar grande», quando com o apoio da polícia municipal não se encurtava caminho (bombeiros, cemitério)?

Numa Assembleia, aquando de umas votações veio à discussão a questão da exigência da maioria absoluta nuns casos e maioria qualificada noutros; ora é normal o senso comum achar que a maioria absoluta é superior à qualificada, em termos percentuais, e não é correto, de facto, para se ter maioria absoluta é preciso 50% de votos mais um, ao passo que na qualificada a exigência é maior, é de 2/3 mais um voto ou seja 66,666...% mais um voto.

Por fim gostaria de deixar duas notas, uma relativamente à posição do PS quanto ao orçamento, que foi de abstenção, o que achei um pouco estranho, pois quanto mais não fosse havia a sempiterna ativação das caldas das murtas, espécie de obra do regime das câmaras PS, que justificava o voto favorável.

A outra prende-se com os comentários, um pouco chacotas, relativamente a um juízo dum deputado da oposição PS, sobre o balanço do quadro de execução orçamental que ele considerou não descortinar estratégia; ora, se bem que a estratégia esteja a montante de qualquer realização, a prova real (dos nove) só com a efetiva realização, uma coisa são os desejos outra bem diferente é a realidade (concretização desses desejos); já agora lembro o insigne professor Adriano Moreira, pessoa por quem tenho grande estima e consideração (intelectual e ética), que não se cansa de dizer que a grande pecha do país é a «ausência dum conceito de estratégia nacional» e eu estou de acordo, mas isto só por si não chega, é digamos a condição necessária mas não suficiente, e esta só acontecerá com a concretização dessa mesma estratégia no terreno; não é demais lembrar aquela tão conhecida frase do futebol «prognósticos só no fim do jogo», perdão, estratégia a haver só com a avaliação final da obra no terreno, e portanto na minha maneira de ver não foi descabida a análise que o referido deputado fez a partir do relatório da execução de contas para aquilatar se houve ou não estratégia na política seguida pela Câmara”.

No final da intervenção do senhor António Adelino, o senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que apreciava as suas intervenções, mas que era a última vez que foi tão contemporizador com o tempo de uso da palavra, que é só de cinco minutos. O regime da democracia é o cumprimento da lei.

Usou de seguida a palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, que começou por dizer que o negócio da venda das águas foi ruinoso. Agora, o negócio está feito e não há nada a fazer. Vendeu-se uma riqueza de valor incalculável que nos deixou mais pobres.

Continuou para dizer que gostava ainda de saber se o funcionamento dos Serviços que até aqui eram da Câmara e que eram razoáveis vão continuar a ser executados pela Câmara ou se o serão pela nova empresa, porque pela primeira experiência que teve, as coisas não estão a funcionar nada bem. Não vai discutir preços, que todos sabemos ser exorbitantes, mas discute o funcionamento porque já foi lesado. Há quinze dias atrás solicitou o despejo de uma fossa, na área de serviço do Marão, local onde passam dezenas de pessoas por dia, mas até hoje nada foi feito. Em tempos a área de serviço tinha uma ETAR que foi destruída para dar lugar a uma fossa estanque que num período de três a quatro dias enche, levando a que águas andem pelo parque, tornando-se um problema de saúde pública.

Perguntou a seguir se as obras de saneamento da margem esquerda vão ser executadas pela nova empresa, ou ainda pela Câmara, porque todos os dias deparamos com cheiros nauseabundos na zona de S. Gonçalo e na Avenida das Tílias. Isto é inqualificável numa terra que se quer de turismo.

Continuou a intervenção para referir-se a seguir às Festas do Junho e dizer que acha estranho o divórcio entre a Câmara e a Associação Comercial. Durante muitos anos as festas foram da responsabilidade dos comerciantes. São eles que ganham com isso e são também eles que tiram o maior partido das festas. Promover Amarante era convidá-los de novo para fazerem parte da Comissão de Festas. Há aqui um divórcio que não se entende. Atualmente, como comerciante que é, não faz parte da Associação Comercial, porque sem ainda hoje saber porquê, foi expulso. Aliás já está habituado, porque quando se é incómodo, normalmente acontece isso. Gostava que as festas fossem aquilo que já foram no passado e que contribuíssem para a promoção turística da nossa terra uma vez que era das maiores romarias do país. E já agora, se acabassem com estas festas e festinhas e fizessem uma festa a sério, igual a muitas que se fizeram no passado? É de lamentar também que algumas casas comerciais de referência estejam fechadas por altura das festas. Era preciso que todos os comerciantes colaborassem mais.

Disse ainda que Amarante tem muitas potencialidades a nível de turismo, mas não temos por exemplo uma praia fluvial digna desse nome. Será que hoje as águas do Tâmega estarão em condições de se poder tomar um banho? A zona onde estão os

viveiros das Veiguiñas, são o local ideal para se poder aí construir umas piscinas naturais. Toda aquela zona é maravilhosa para isso e muito mais.

Disse depois que quando viajamos na auto-estrada no sentido Porto/Amarante, ao passar a ponte para entrarmos em Gerales, deparamos com uma placa a dizer Marco de Canavezes. Não aparece nenhuma referência a Amarante e bastava que nesse painel fosse colocada a informação Amarante Centro, obrigando os automobilistas e principalmente os autocarros que transportam turistas a vir a Amarante. Para isso seria necessário construir uma rotunda junto a essa saída, na zona das Carvalhinhas que daria a possibilidade desses autocarros se poderem deslocar diretamente ao Parque Florestal e de imediato poderem visitar o centro de Amarante.

Terminou a intervenção referindo uma Associação de Deficientes Motores existente em Amarante, que tem pessoas que precisam da nossa ajuda. Precisam de ser integradas na sociedade. Seria importante fazer algumas parcerias que permitissem que por exemplo essas pessoas garantissem a abertura de alguns dos nossos monumentos em dias que estão fechados, como por exemplo a igreja de S. Domingos, futuramente a de S. Pedro, o museu e o posto de turismo. É lamentável que não se apoie essa gente.

Neste instante da reunião, o senhor Presidente da Assembleia Municipal cortou a palavra ao senhor Jorge Pereira da Silva, porque ele já tinha ultrapassado em muito o tempo disponível, dizendo-lhe que é preciso cumprir a legalidade.

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por responder ao senhor António Adelino a quem disse que de momento não tinha resposta imediata para lhe dar relativamente ao PDM. Convidou-o para que passasse na Câmara e aí dar-lhe-ia todos os esclarecimentos que ele pretendesse, incluindo um dossier que o senhor Vice-Presidente iria preparar para lhe entregar.

Relativamente à eficiência energética, disse-lhe que há neste momento uma candidatura no valor de 556.000 euros destinada à eficiência energética para a remodelação da iluminação em algumas zonas de Amarante e em especial no Campo da Feira.

Quanto ao trânsito na zona da Misericórdia, disse-lhe que o regulamento do trânsito está neste momento a ser revisto e a questão que colocou irá ser equacionada.

Disse de seguida ao senhor Jorge Pereira da Silva que a Câmara não tem nada a ver neste momento com as águas e o saneamento. O senhor Jorge teve azar porque logo na primeira semana que a responsabilidade era das Águas do Noroeste, o serviço não funcionou. Decidiram que fariam a limpeza das fossas às sextas-feiras. Azar dos azares, logo nessa primeira sexta-feira foi feriado e por isso não resolveram problema nenhum. Foi-lhes comunicado que esse serviço não pode ser executado só às sextas-feiras, mas sempre que seja necessário. Julga que agora já estão a fazer o serviço diariamente.

Quanto às Festas do Junho, tem havido uma tentativa de afirmar as festas, introduzindo-lhe, por exemplo espetáculos novos. A Câmara é parceira da Associação Comercial, e a relação é excelente. Há uns anos a esta parte, a Associação não tinha capacidade para as organizar e a Câmara tomou a iniciativa e tem-nas organizado ao longo destes anos. De qualquer das formas, a Câmara estará sempre disponível para trabalhar com os comerciantes e com a Associação Comercial. Assim eles o queiram. Os tempos mudaram e aquilo que era verdade em 1977, não é hoje possível. Não se consegue reunir hoje 40 pessoas para constituir uma comissão que consiga organizar as Festas do Junho. A Câmara dá a possibilidade das pessoas se associarem à festa, tendo inclusivamente proposto aos comerciantes da Rua 31 de Janeiro que não fosse lá colocado outro comércio que não o deles, permitindo-lhes até que fossem eles a invadir a rua com os seus negócios. Portanto, a ideia é mesmo envolver as pessoas na festa.

As festas são da cidade e é com a cidade que têm de trabalhar. Fizeram isso com os senhores Presidentes de Junta e todos eles tem prestado um excelente serviço, animando as festas com o colorido das Marchas Populares que têm sido um sucesso.

Relativamente à saída da autoestrada concorda com aquilo que o senhor Jorge refere, subscreve o que ele disse e acha que é uma boa alternativa. Já tem autorização dos proprietários dos terrenos envolventes e das Estradas de Portugal para poder avançar com a obra. Já temos um programa base e falta executar o projeto que a breve prazo vai avançar. É uma boa entrada para Amarante.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia que disse que discutiram a versão provisória do Regulamento e quais as funções do Conselho Municipal de Segurança.

Em relação ao corte da palavra ao senhor Jorge Pereira da Silva, disse de seguida que o Presidente da Assembleia é eleito diretamente, mas depois tem ainda uma eleição na Assembleia Municipal. Qualquer eleito tem de ser respeitado no exercício das suas funções. O Presidente da Assembleia mostrou-se magnânimo em relação ao cumprimento do regimento, mas não admite a ninguém não ser respeitado quando o Regulamento está claramente a ser violado. É o Presidente da Assembleia que está em causa e não a pessoa. Quanto à pessoa, podemos discutir tudo lá fora. Pensa que ao agir como agiu está prestigiar a Assembleia Municipal. Os eleitos têm de ser respeitados nos seus órgãos e não é admissível que alguém numa atitude de arrogância e má educação venha aqui subverter a lei.

O Presidente da Assembleia e a Assembleia tem que velar pelo cumprimento das leis.

De seguida pediu ao senhor Presidente da Câmara que informasse a Assembleia Municipal se se mantém o licenciamento do posto de combustíveis de Ansiães, porque há uns dias atrás, quando vinha de Vila Real, entrou no posto e verificou que apenas existia o preçário, mas não havia bombas de abastecimento. Gostaria de saber de que estabelecimento se trata porque como todos sabemos foi um estabelecimento que já deu muita confusão. Era bom saber do que estamos a falar. É muito bonito falarmos em turistas, mas é preciso haver estabelecimentos que possam servir o turismo. É razoável que não se ande a enganar ninguém e por isso seria importante sabermos se o posto está ou não licenciado.

O senhor Presidente da Câmara respondeu-lhe de imediato dizendo-lhe que de momento não tinha resposta, mas que iria verificar.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor Deputado, em interpelação à Mesa, questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a razão de estar a trazer para a Assembleia Municipal questões pessoais que tenha com o Senhor Jorge.

O Senhor Presidente interrompeu o senhor Deputado, dizendo que não estava a fazer nenhuma interpelação à Mesa e que lhe cortaria a palavra.

O senhor Deputado responde, dizendo ao Senhor Presidente da Assembleia que não se calava enquanto não terminasse a pergunta e que era obrigação do Presidente esclarecer a Assembleia relativamente à questão que lhe colocou.

Após isso, o Senhor Presidente disse que não lhe respondia, tendo de seguida interrompido os trabalhos por dois minutos.

Cumprido o tempo proposto para a interrupção, foram retomados os trabalhos com o início de **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. A bancada do PSD solicitou a inclusão do ponto número um na grelha A da gestão de tempos, o que foi aceite pela Mesa, Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que “ia realçar a página 51 do presente relatório porque é importante. Regista com satisfação o facto de ter sido aprovada uma participação de cerca de seis centos e oitenta e nove mil euros no âmbito do overbooking, e relacionado com a celebre obra do Arquinho. Portanto, esta Câmara ainda conseguiu candidatar esta obra e obter a verba acima referida.

Fazendo aqui um bocadinho de piada para desanuviar o ambiente, ainda vamos conseguir malbaratar alguns fundos europeus.

Continuou a intervenção dizendo que ia passar a uma outra rubrica do relatório que é a requalificação da Rua de Santo André em Telões. Isto vem na senda de outros assuntos que já aqui foram falados e em que a oposição começa a manifestar de forma mais forte assim como grande preocupação pelo erário público, dando grandes lições ao Executivo, com um enorme pendor legalista e jurista, nomeadamente da parte dos senhores Vereadores com formação jurídica. É claro que esta Câmara está a fazer obra e quer continuar a fazer obra e isso certamente poderá não agradar. Atrás daquela atitude pode estar, diria eu, uma estratégia de obstaculizar ou impedir a ação deste Executivo. Até já se diz por aí, e já que estamos na senda dos boatos e no diz que diz, que a Câmara a partir de outubro já não vai conseguir fazer nada. A ver vamos.

Vem isto a propósito da requalificação da Rua de Santo André em Telões, uma obra há muito necessária, mas que o PS votou contra, imputando a um ato do senhor Vice-Presidente, aquando da aprovação do projeto, o facto de este ter cometido “uma nulidade insanável de procedimentos”. Isto é um termo jurídico muito forte. Ficou tudo em alvoroço, incluindo a própria Câmara. Preparavam-se para alterar a deliberação quando apareceu o senhor Vereador do Movimento a solicitar um parecer jurídico. Mas vamos lá ao parecer jurídico. Esta atitude é legítima, aceita-se e tem que se aceitar. Mas o problema não é esse. O problema é que antes, no anterior Executivo, fui eu que com a minha fraca formação jurídica fiz algumas sugestões, alertando para o facto de se poder evitar os problemas, mas não vinha a seguir dizer assim: “Votamos contra uma nulidade insanável. O projeto foi aprovado, pelo senhor Vice-Presidente. A incompetência verificada neste caso impede a tomada de decisão. Este processo comprova a incompetência da coligação PSD/CDS na governação do Município. Ao fim de 18 meses à frente da Câmara os eleitos do PSD/CDS, continuam a demonstrar gritante impreparação da coisa pública. Não fossem os Vereadores da oposição e a gestão do Município seria um descalabro”. Vejam isto – “se não fosse a oposição seria um descalabro”. Vêm então pedir um parecer jurídico. Recebido o parecer, a nulidade insanável deixou de o ser. Vejam lá. Pasmem-se. Vem um senhor Professor de Coimbra, da prestigiada Faculdade de Direito da Universidade, um Doutor em Direito Administrativo dizer que: “não há ilegalidade nenhuma e o procedimento não sofre de qualquer ilegalidade e muito menos de qualquer ilegalidade que provoque uma nulidade insanável, conforme se diz na fundamentação do voto contra da deliberação supra identificada, podendo pois o procedimento prosseguir o seu curso normal”. Afinal a montanha pariu um rato. De nulidade insanável para a não sofre de qualquer ilegalidade. Então o que é que podemos retirar daqui? Podemos retirar que o projeto foi bem aprovado e não padece de qualquer vício. A incompetência, a gritante impreparação e o descalabro afinal de que é que são? Fica a pergunta a quem quiser responder. Agora, é preciso cuidado quando se lança uma coisa deste teor como é o caso da nulidade insanável. Os juristas sabem que estas coisas não são pretas nem brancas, principalmente neste caso em que estamos a gerir a coisa pública. E é preciso cuidado porque a nulidade afinal não o é, o que levou a que ficasse pelo caminho uma obra que já há muitos anos devia estar feita. Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Deputado Hugo Carvalho que como se trata de uma obra da sua freguesia, que poderia ter sido ele a fazer esta intervenção.

JOSÉ JOAQUIM TEIXEIRA – PS

No uso da palavra começou por dizer que o PS destaca como positivo a boa situação financeira do Município, a capacidade de endividamento que ainda tem, e o saldo disponível em 31 de maio no valor de seis milhões e oitocentos e onze mil euros.

Quanto às atividades do Município, referentes aos meses de maio e junho descritas no relatório, gostaríamos de solicitar ao senhor Presidente da Câmara os seguintes esclarecimentos: 1 – Já encontrou alguma solução para o funcionamento das instalações da estação de Gatão? 2 – Gostaríamos também de saber porque é que não estão vertidos neste documento os apoios do Município ao grande acontecimento desportivo que foi o Rali de Portugal? 3 – Gostaríamos também de saber qual foi o assunto que foi tratado na reunião realizada no dia vinte de maio em Lisboa no ICNF? 4 – Por fim pedimos ainda uma explicação relativamente a um assunto inserto na página nove do relatório que diz, “outros débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – fornecedores/CC. É possível explicar o que é isto?

DANIEL PINHEIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FIGUEIRÓ/STA CRISTINA

No uso da palavra começou por referir-se ao título da página 19 do relatório, que diz – Reparação de pavimento, devido a roturas de água nas freguesias – onde é referida a sua freguesia, para dizer que em Figueiró a empresa Águas do Noroeste está a pôr a freguesia e a Câmara em maus lençóis. Quando há uma rotura, as pessoas comunicam à Junta. A Junta liga para as Águas do Noroeste que em muitas das vezes não atendem, ou se o fazem demoram muito. Se reparam as avarias, demoram imenso tempo a repor o pavimento, mas muitas vezes nem o fazem e aí tem de ser a Câmara ou a Junta a fazê-lo. Afinal de quem é a competência neste momento para repor o pavimento?

Relativamente às caixas de saneamento disse também que umas estão mais baixas, outras mais altas e quase todas elas descravadas. De quem é a responsabilidade daquele problema? O que ali se vê é um perigo.

Referiu ainda as caixas de perda, que vertem água pelas juntas e pelos acessórios. Perante todos estes problemas, as pessoas culpam e criticam a Junta e a Câmara e por isso solicitou ao senhor Presidente da Câmara que alerte as Águas do Noroeste, para que casos destes não se repitam.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, o senhor Deputado começou por referir-se à cabine telefónica que está colocada na Alameda Teixeira de Pascoaes, para dizer que pelo facto de não ter agora qualquer utilidade, não faz sentido que ali esteja ao abandono. Solicitou que a Câmara a retire, ou então que solicite à PT que o faça.

Disse ainda que, relativamente aos serviços postais da cidade, não há neste momento qualquer recetáculo no Largo Conselheiro António Cândido. Solicitou também que a Câmara interceda para que, pelo menos, seja ali colocado o que já lá existiu em tempos.

Continuou a sua intervenção para dizer que uma das placas que se encontra numa das pirâmides da ponte de S. Gonçalo, comemorativa do centenário das Invasões Francesas, tem um texto que não se consegue ler, pelo facto das letras em baixo relevo estarem neste momento sem pintura. Pede pois que a Câmara proceda à sua pintura.

Gostava que no próximo relatório já viesse escrito que os seus pedidos foram realizados.

Referiu-se de seguida à intervenção do senhor Deputado António Araújo, dizendo-lhe que todos desejam que Amarante se engrandeça estejamos ou não no poder. Podemos é não o fazer da mesma maneira. Relativamente às obras que referiu, tinha sido melhor que tivesse dito que estavam concluídas e pagas. Ficava-lhe bem. No seu tempo enquanto foi Vereador também se faziam candidaturas a fundos

comunitários no regime de overbooking. Aliás, é normal no final de cada Quadro Comunitário haver verbas que não são utilizadas. Todas as Câmaras são desafiadas pela CCDR a apresentarem candidaturas. Aqueles que têm projetos em carteira lançam-nos. Se tiveram obras e forem contempladas, são aceites e são financiadas. A grande diferença neste relatório é o Excel que anteriormente não era tão utilizado como é agora. Sabe bem, porque quando cá estava, também foram muitas vezes buscar verbas neste regime do overbooking.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que relativamente ao overbooking o seu colega de bancada fez questão de responder em nome do PS. Só queria acrescentar e dirigir uma pergunta ao senhor Deputado da coligação, Dr. Araújo, a quem pergunta qual era a medida em concreto à data em que esta obra foi lançada, que permitisse candidatar a obra, porque há sempre muita demagogia hoje, como já havia no passado relativamente à obra em causa, por isso mesmo quer que ele lhe diga qual a medida e a que projeto era possível candidatá-la.

Relativamente à questão da Rua de Stº André em Telões e à postura do PS, quando se diz que este atrasa e obstaculiza as deliberações da Câmara e a normal execução da obra, é preciso que se diga que: 1 – O PS regozija-se com a execução da obra, nada tem contra e não tem uma visão paroquial relativamente às obras que são lançadas a concurso. Não houve nenhum obstáculo, nem nenhum retardamento na execução desta obra pela Câmara e tanto quanto sabe, foi ontem publicada a obra em Diário da República.

Aliás, esta obra foi aprovada com os votos da Coligação e do Movimento. Portanto a postura dos Vereadores do PS em nada retardou o início da obra.

Quanto à questão da ilegalidade que foi levantada pelos senhores Vereadores do PS, eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vice-Presidente se quer um, se quer outro têm competência para aprovar projetos no valor de cerca de 388.000 euros?

Aquilo que o PS entende, independentemente de outros pareceres jurídicos, que sejam juntos, reconhecendo no Dr. Licínio Lopes Martins grandes conhecimentos na área da contratação pública, e quem sou eu para pôr o parecer dele em causa. Agora, a questão é diferente e mesmo não tendo tido eu tempo para Aquilo que o PS entende, independentemente de outros pareceres jurídicos, que sejam juntos, reconhecendo no Dr. Licínio Lopes Martins, grandes conhecimentos na área da contratação pública, e quem sou eu para pôr o parecer dele em causa. Agora, a questão é diferente e mesmo não tendo tido eu tempo para analisar o parecer, nem lá ter visto quem é que tem competência para aprovar o projeto, porque é isso que está em causa foi a questão da aprovação do projeto de execução que levou a que o PS levantasse o problema da legalidade, que certamente entendeu com base no parecer do nosso jurista e primeiro Vereador, que o vício em causa era uma nulidade. Aparentemente e de acordo com o parecer do Dr. Licínio Martins não é esse o seu entendimento. Mas não é isso que está em causa. O que está em causa é a competência ou a incompetência, apenas no que diz respeito ao valor. Que isso fique bem claro. Por isso quer que o senhor Presidente da Câmara lhe diga se tem ou não tem competência para autorizar valores até 150.000 euros?

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que se regozijava com as palavras do senhor Deputado Jorge Pinto.

Disse de seguida que o parecer refere que não há qualquer ilegalidade.

No seu tempo de Vereador apenas dava sugestões e nunca disse que as pessoas eram incompetentes. Neste momento não tem a certeza se todos querem engrandecer Amarante. Quer é que se continue a fazer obra. Seja com esta Câmara, seja com outra qualquer.

Lamenta também que, quer a Câmara quer as Juntas de Freguesia, estejam todos os dias a levar com as queixas que deviam ser remetidas às Águas do Noroeste.

Em tempos o PSD votou contra, por isso neste momento está de consciência tranquila. Não sabe de quem é a responsabilidade. Sua é que não é de certeza.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que queria que ficasse registado que a Bancada do PS defende as suas posições com toda a seriedade e transparência. Portanto não aceita qualquer tipo de insinuações que o Dr. Araújo possa fazer relativamente à questão das Águas do Noroeste. Embora a hora não seja já mais correta para discutir o assunto, não pode deixar passar em claro este sentimento de desresponsabilização que a Coligação Afirmar Amarante pretende dar a este assunto.

A Coligação foi eleita para gerir os destinos do Município, portanto tem de gerir este dossier e assumi-lo. Independentemente de ter votado contra e ser contra a adesão, também é bom que se esclareça que desde que tomaram funções na Câmara nada fizeram para que este processo fosse inviabilizado, porque também já é um discurso que começa a passar que tudo fizeram mas que agora é preciso devolver muitos milhões. Esclareçam o que fizeram e quais são os valores em causa. É também bom que esclareçam que nessa altura não receberia os tais seis milhões que entretanto receberam e que, coincidência das coincidências, e já que estamos a falar em seriedade esclareça o porquê da carta que foi dirigida ao município de Amarante é diferente daquela que foi dirigida a todos os municípios à nossa volta. As cartas que vi; a de Baião e de Arouca eram exatamente iguais à de Amarante, exceto na parte dos investimentos, uma vez que em todas as outras era feita referência aos investimentos que fazem parte do contrato de concessão de parceria e apenas em Amarante não é feita nenhuma referência. Coincidência ou talvez não, relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara, não pode assumir a postura de que isto agora é tudo da responsabilidade das Águas do Noroeste. O Município aderiu a um sistema e no fundo delegou a gestão das águas a uma empresa. Compete-lhe fiscalizar o cumprimento dessa parceria. Portanto a responsabilidade não é toda das Águas do Noroeste. Passa-se o mesmo com o lixo e com o saneamento. Compete pois à Câmara ajustar aquilo que possa não estar bem. Relativamente à questão da reposição das roturas, que pelos vistos não estão a ter o devido tratamento, obviamente que a Câmara também não pode dizer que não tem nada a ver com isso. Quando o PS apresentou a proposta de adesão a este sistema, porque entendeu que era uma inevitabilidade, aliás hoje em dia ninguém pensa que as coisas pudessem ser tratadas de forma diferente, aquilo que o PS defendeu quando decidiu enveredar por este sistema multimunicipal, já se sabia que relativamente ao preço da água, iria ter um enorme aumento, porque passa a haver uma taxa fixa que não havia, assim como o saneamento que passa a ser indexado ao consumo da água. Por isso é que haverá este período da convergência que é de cinco anos para todos os municípios. Mas aquilo que o PS defendia e que sempre defendeu, é que as taxas que estavam a ser aplicadas eram muito baixas e inferiores aos valores reais, teríamos de fazer um regulamento e uma proposta de forma a minimizar o impacto que isto vai ter nas famílias. O PS aproveita para deixar aqui o repto a todo o Executivo para que trabalhe nesse sentido e apresente uma proposta que vá mais além daquilo que é o tarifário social que está previsto hoje em dia no regulamento, até porque como vieram mais 680.000 euros em regime de overbooking a capacidade do Município permite agora fazer mais medidas sociais que ajudem os amarantinos a viver melhor e com mais dignidade.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que já está na altura do PS ser claro nesta questão das Águas. Eu falo com alguma consciência do que é que se passou aqui antes, porque fui eu que questioneei a Câmara e foi aqui nesta Assembleia, depois de muita insistência minha que se soube que iria haver uma taxa de saneamento e disponibilidade e também uma taxa para a água. Uma das coisas que este Executivo fez, foi de olhar para o contrato e ver que está lá uma cláusula que diz que se a Câmara rescindir o contrato tem que pagar uns milhões de indemnização calculados sobre os lucros que possam vir a existir. Vejam lá o que vocês fizeram. Quanto aos falados seis milhões, não são seis, são cinco milhões e cem mil euros. A senhora deputada, assim como o deputado Hugo sabem muito bem qual é o valor real. E desses cinco milhões, um milhão e quatrocentos mil euros tem que ser colocado lá em capital no âmbito do contrato de parceria para o aumento de capital. Dois milhões são para pagar ao banco o empréstimo que foi pedido. Sabe quanto sobra? Um milhão e meio a dois milhões.

Falou também do tarifário social, mas não disse que quando forem apresentadas as contas da tarifa social e do dinheiro que se vai gastar em água para regar os jardins e para fontes, vão ver que esse dinheiro apenas vai dar para dois ou três anos. Já era tempo de serem sérios quanto a esta questão.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse a senhora Deputada Octávia, na sua intervenção referiu que a bancada do PS tratava os assuntos com seriedade. Então perguntou-lhe se ela tinha a certeza da afirmação que fez quando disse que a Câmara recebeu seis milhões de euros.

Continuou a intervenção para dizer que tinha pena de não ter trazido o texto do contrato onde é referida a cláusula de rescisão. Os senhores ainda vão saber o que lá está, porque eu hei-de trazer o contrato. Nessa altura os senhores vão ver o que acontece se a Câmara quiser unilateralmente acabar como contrato.

Também é importante saber quanto vai custar a tarifa social. Mas isso, concerteza que o senhor Presidente irá responder. Agora, como Dr. Vitor Rei disse a Câmara também paga a água que consome. Antes não pagava.

Pelas palavras da Dra. Octávia percebe-se também que parece que já começam a acreditar na capacidade financeira do Município. Já há outra vez a crença na capacidade financeira. Também é verdade e eu reitero que a Câmara vai ter que controlar todo o processo, vai ter de coordenar com as Águas do Noroeste se os serviços funcionam bem ou não. É evidente que não se vai pôr à margem. Mas também é altura dos senhores do PS assumirem a sua quota de responsabilidade, porque a tiveram. Não custava nada.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por dizer ao senhor Deputado António Araújo que é Deputado municipal e não Deputado de freguesia. Aliás, acha muito estranho que o Dr. Araújo tenha feito tantos reptos aos Presidentes da Junta do PS em Assembleias anteriores, e não os tenha feito relativamente à freguesia de Telões.

Voltando um pouco atrás na discussão e quando falamos em engrandecer o discurso político, e engrandecer Amarante, pergunto ao Dr. Araújo se engrandecer o discurso político tem alguma coisa a ver com criar confusão e dizer que a obra em Stº André em Telões teve um atraso com responsabilidades nos Vereadores da oposição. Gostava que esclarecesse esse facto, porque não há nenhum atraso nesta obra que possa ser imputado aos Vereadores da oposição. Por isso quero que me diga qual o atraso inerente e qual a culpa dos Vereadores do PS? Em segundo lugar que me diga em que moldes este procedimento foi criado? Em terceiro lugar quero que me diga a data em que o PSD ganhou as eleições? Faça a s contas e veja se a obra não está executada e por culpa de quem. Que isto fique bem claro, relativamente à posição do

PS e a sua própria posição relativamente a uma obra que é necessária. Pode até dizer-me que a obra já estava feita no passado. Assumo isso.

Quanto à questão da água e à intervenção do Dr. Vitor Rei, só quero dizer que há temas que não domino por completo, mas se nós amortizamos dívida no valor de 2,3 milhões de euros, ficamos com capacidade para nos endividarmos 2,3 milhões. Do ponto de vista da contabilidade a gestão financeira fica na mesma, aliá até fica melhor porque os juros são neste momento mais baixos.

Abordou a seguir o Dr. Araújo, perguntando-lhe se tinha a certeza que o Município anteriormente não pagava a água. Então como é que não pagava água se nas alturas de verão até tinha de comprar água e vendê-la a preços mais baixos do que a comprava. O Dr. Araújo deve ter mais cuidado com as afirmações que faz, porque quem o ouve fica com a ideia que a Câmara não tinha custos com a água.

Concluiu dizendo "Falou-se muito de que há agora uma vontade. Em muitas circunstâncias vontade sempre houve. Agora há uma oportunidade e espero que este Executivo a aproveite para rentabilizar os investimentos. O overbooking é um caso desses. A questão de utilizar o overbooking em tarifas sociais é uma questão que a todos deve sensibilizar e não vejo qual é o inconveniente para um Município que tenha capacidade financeira para o fazer. Se tem essa disponibilidade deve fazê-lo. Não vejo problema nisso.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse ao senhor Deputado Hugo Carvalho, que ele consegue alterar as leis num curto espaço de tempo. Então se a primeira proposta foi à reunião de Câmara nos princípios de maio, e teve depois de esperar pelo parecer, será que não houve atraso no processo. Isto é objetivo. Pelo menos houve um mês ou dois de atraso. Mas é atraso ou não é? Já agora, o senhor sabe há quanto tempo essa obra estava no Plano do anterior Executivo? Não sabe pois não? E diz que pelo menos já devia estar feita. E que só agora é que houve oportunidades? Então não ouviu o Professor Jorge Pinto dizer que no seu tempo já havia overbooking? Então se havia diga lá quanto é que foram buscar? Sabe senhor Deputado, as oportunidades não são de agora. Já as houve e deixaram passá-las.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a bancada o PS não vai mais responder a estas questões e à falta de seriedade que o Dr. Araújo imprime nas suas intervenções. Insiste em misturar todos os temas. Insiste em fazer demagogia com aquilo que não merece qualquer demagogia. Os Amarantinos não nos elegeram para estarmos neste tipo de política. Não vamos mais responder a estas questões.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que passava a bola. "Eu é que sou demagogo e a senhora nem sequer me responde. Veio aqui dizer que a Câmara recebeu seis milhões de euros, quando sabe que isso é mentira. Então se a senhora é séria e verdadeira venha cá dizer se tem a certeza disso. Isso é que era ser sério.

Foi de seguida dada a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, **PROFESSOR JORGE MENDES**, que começou por dizer ao senhor Deputado José Joaquim, que já fora três ou quatro vezes a reuniões no ICNF desde que tomaram posse. Um dos motivos que os tem preocupado é o desenvolvimento do PDM e a vertente ligada ao ICNF. Um dos assuntos que se tem discutido, são as chamadas definições das AEC,s, que são as Áreas Edificadas Consideradas. Os nossos serviços técnicos e a equipa a quem foi adjudicada fizeram uma aplicação diferente daquela que fez o ICNF. Portanto isto é um problema muito sério que se reflete no desenvolvimento do PDM e portanto nós desde cedo fomos proativos e fomos para Lisboa discutir este assunto. O ano passado enviamos uma exposição técnica sobre este problema

defendendo o nosso ponto de vista. Para nossa satisfação nesta reunião que vem aqui no plano de atividades, fomos informados do anteprojeto que o ICNF tinha enviado para o Ministério da Tutela e que entretanto também já foi enviado para a Associação Nacional de Municípios para que este se pronuncie. Da Associação Nacional de Municípios também já recebemos esse projeto que estamos a analisar, mas já é uma evolução significativa na definição das AEC,s. Existe um outro problema que tem a ver com o Decreto Lei nº 124/2006 e as suas alterações plasmadas no Decreto Lei nº 17/2009, que era muito limitativo no que diz respeito a novas edificações. Este também tem sido um problema que nós colocamos ao ICNF porque é um assunto urgente e que temos rapidamente de solucionar. De facto esse anteprojeto também propõe alterações que vêm de encontro àquilo que foram as nossas solicitações e apesar do tempo que tudo isto demora devemos registar que tem havido uma evolução positiva, De qualquer das formas temos a satisfação de que fomos ouvidos parcialmente. Evidentemente que entre o anteprojeto e a publicação definitiva ainda pode haver alterações, mas com estas idas ao ICNF, a situação melhorou significativamente.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Daniel Pinheiro, disse-lhe que a partir do passado dia um de abril, a responsabilidade é das Águas do Noroeste. Sejam problemas de águas, seja de saneamento. A Câmara tem, dentro do possível colaborado com as Águas do Noroeste, para minorar os problemas com os munícipes, embora isso tenha deixado de ser da competência da Câmara. É bom que não existam quaisquer dúvidas relativamente a estes assuntos. Nós podemos, juntamente com eles encontrar boas soluções mas a responsabilidade cabe às Águas do Noroeste e agora com a verticalização cabe às Águas do Norte.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Deputado Professor Jorge Pinto e no que diz respeito à placa da Ponte, disse-lhe que efetivamente não se consegue ler, mas que já estavam a tratar do assunto. Já foi solicitado a uma empresa da especialidade um orçamento para retificar a placa que efetivamente não se consegue ler. Relativamente à cabine telefónica disse-lhe que iria falar com a PT para ver quem é que deve remover a cabine. Quanto ao posto do correio, vai também falar com os CTT para ver qual a possibilidade de colocar um outro posto no Largo Conselheiro António Cândido.

Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Dra. Octávia Clemente disse-lhe que não comentava pareceres, porque da mesma forma que não comenta pareceres de colegas seus da área da engenharia, também não vai comentar de Doutores em Direito Administrativo. No entanto pode lê-los. Em Direito temos de olhar para uma série de diplomas legais, temos de os conjugar para obtermos uma resposta. Isto não é direto, mas o parecer da Universidade de Coimbra é muito claro no que diz respeito aos procedimentos que foram seguidos.

Entretanto o senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que quer o senhor Presidente da Câmara, quer o senhor Vice-Presidente, não têm competência para autorizar aqueles valores. Se o procedimento é nulo ou não, isso é uma outra questão que vem a seguir. Se depois a aprovação do procedimento do concurso sana essa nulidade ou não será uma outra questão. Agora que não têm competência para isso não tem.

Entretanto o senhor Vice-Presidente terminou a sua intervenção convidando o senhor Presidente da Assembleia a ler o referido parecer.

Foi de seguida dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por responder ao senhor Deputado José Joaquim a quem disse que é efetivamente verdade não vir no relatório alguns dos ventos realizados pela Câmara. “Não vem o Rali de Portugal, nem outros, mas eu percebo o alcance da questão”. Aliás os senhores Vereadores já lhe pediram que lhes fizesse chegar a documentação respeitante a esse evento. Quando os Serviços lhe fizerem chegar os dados vai entregá-los aos senhores Vereadores.

Há eventos e imputação de custos que se dividem em custos diretos, associados a determinados eventos e custos indiretos. Há contudo questões que não estão ainda muito bem afinadas. Por exemplo, no que diz respeito aos transportes escolares aparecia um averba de um milhão e meio de euros, e na alínea dos transportes inerentes à Câmara apareceria um valor de trinta mil euros. Ao ver estes números, alertei logo para o facto de haver ali um erro, porque se calhar este último valor é aquele que a Câmara gasta mensalmente. Portanto, no que diz respeito ao centro de custos ainda estamos a afinar procedimentos.

Relativamente às questões que lhe foram colocadas, relacionadas com o que vem escrito na página nove, não lhe sabe responder de momento, mas parece-lhe que a sigla que causou a dúvida tem a ver com – fornecedores de conta corrente -. São fornecedores de bens e serviços. São as despesas relativas aos bens e serviços que a Câmara tem de pagar regularmente. Os Fornecedores de Imobilizado têm a ver com as empreitadas. Os Outros Credores Diversos são por exemplo a EDP, as Águas entre muitos outros.

As questões relacionadas com o ICNF já foram respondidas pelo senhor Vice-Presidente.

Disse de seguida ao senhor Deputado Professor Jorge Pinto, que ele tinha razão relativamente ao posto do correio. Falta o do Largo Conselheiro António Cândido e o que existe no fim da ponte S. Gonçalo, também se encontra fechado. A questão é oportuna e vai tentar resolvê-la o mais rapidamente possível junto dos CTT.

O assunto da placa da ponte comemorativa das Invasões Francesas, já foi também respondido.

Respondeu de seguida à senhora Deputada Dra. Octávia Clemente, a quem disse que quem assina as cartas é ele e para os Municípios só vai o conteúdo que ele quer que vá. Não anda a imitar ninguém. Aliás, sabe muito bem o que é que incomodou a senhora Deputada. Quando vem falar de outros Municípios, nomeadamente da Trofa, é importante que se saiba que o Município da Trofa não tem água. Não vi a de Arouca, nem vi nenhuma. Mandaram-me uma minuta e aquilo que eu pedi para alterar, foi que fossem introduzidas as atas e as datas em que as decisões foram tomadas. Mas se assim é, vou enviar aos Municípios um outra carta e introduzir-lhe as sugestões que a senhora Deputada aponta.

Quando falamos de água, é importante que se diga que quando tomou posse já o negócio estava feito. Não dava para anular, sob pena de ter de se pagar muito dinheiro. A senhora sabe muito bem o que aconteceu em alguns Municípios que tentaram anular o negócio. Isso eu não faria porque eu não estou aqui para penalizar o Município. Há aqui alguma confusão. Por exemplo, dos seis milhões de euros temos de tirar cinco milhões e setecentos mil euros para a empreitada. Daqui temos ainda de tirar o valor respeitante às ligações que foram feitas e que se podem deduzir. Há ainda uma parte que a Câmara receberia e que tem a ver com o que emprestou, para que se pudessem ter realizado as empreitadas. Portanto, não estamos a receber por nenhum negócio. Apenas estamos a ser ressarcidos daquilo a que temos direito. Corre aí na praça pública que agora há muito dinheiro. Recebemos até agora dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil euros. Temos de pagar um milhão e quatrocentos mil euros de capital social e temos ainda o empréstimo. No final não vamos ficar ricos. Relativamente à nossa postura nesta situação, acredite que é uma atitude empenhada. Entrei nesta Câmara numa segunda-feira e logo na terça-feira tomei medidas relativamente às águas. Na quarta-feira, reuni com o Presidente das Águas do Noroeste e com um dos Administradores das Águas de Portugal, para tentar resolver aquilo que eu ainda julgava poder resolver, que era anular o contrato. Não foi possível.

Se analisarmos o contrato verificamos que não é benéfico nem para os Amarantinos nem para a Câmara, até porque a senhora também disse que é preciso implementar uma política social. Aliás já estou à espera que para o ano que vem

venham para cá com propostas para a criação dessa política social. Mas não é para o ano que o devem fazer, porque o aumento que estamos a ter não é nada comparado com aquilo que será o ajustamento. Efetivamente temos de nos preparar para implementar essa política social. Mas não é agora. Conseguimos, com a contribuição também dos senhores Vereadores, minimizar o brutal aumento que as Águas do Noroeste nos propuseram. Por exemplo um consumidor que consumisse 10 metros cúbicos de água passaria de oito euros para dezoito euros. Conseguimos que esse impacto não fosse tão acentuado e ficasse nos doze euros. Aquilo que a empresa queria para o primeiro ano, foi adiado para 2017. Não foi só a Câmara de Amarante a pedir isto, embora houvesse Câmaras que queriam que o aumento fosse realizado todo no primeiro ano para poderem dizer que a culpa foi do anterior Executivo. Eu não sei estar assim. Nós daqui a dois ou três anos vamos de ter uma atenção especial para com as pessoas que vão deixar de poder pagar a conta da água. O aumento é brutal. A senhora Deputada tem razão quando diz que tínhamos uma das tarifas mais baixas do país. Isso era verdade, mas neste momento o impacto provocado pela subida também é muito maior e as pessoas não estão preparadas. Com um aumento de 50% já toda agente reclama, imagine-se quando chegarmos ao ajustamento final e essa percentagem estiver nos 300%. Perante este cenário, peço que me ajudem a esclarecer isto, e não me venham dizer que esta Câmara nada fez. No acompanhamento que estamos a dar a todo o processo, estamos a colaborar com as Águas do Norte, porque eles também não têm capacidade para resolver este problema. Por isso é que digo que este foi um péssimo negócio.

É importante também dizer que nas obras que temos programadas para o Município, inclui-se, em muitas delas, a colocação de rede de água e saneamento, trabalhos estes que as Águas do Norte não querem executar. Vai ter de ser a Câmara a fazê-lo porque na carta de intenções que possuem, não querem alterar uma vírgula. É evidente que não concordo porque não podemos estar a infraestruturar uma estrada e passados alguns anos estarmos a esventrar a estrada para colocar a tubagem que lá devia ter ficado. Por isso é que eu quero antecipar isto. O acordo vai ser difícil, mas vou conseguir resolvê-lo.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que o senhor Vice-Presidente não respondeu à sua questão intencionalmente, e por isso ia ler um despacho datado de 8 de abril de 2015, que diz: “De acordo com a informação anexa, solicita-se a decisão de contratar a autorização da despesa no valor de 411 mil euros” Entretanto o despacho do senhor Vice-Presidente diz: “Considerando que o valor proposto para a empreitada está acima das competências que me foram delegadas e que deve ser aberto o procedimento de concurso público, solicito ao senhor Presidente da Câmara que proceda a despacho”. Ou seja, aqui o senhor Vice-Presidente reconhece que não tem competência para aprovar estas obras. Aquilo que eu lhe perguntei em concreto era de quem era a competência para aprovar os projetos de obras de valor superior a cento e cinquenta mil euros, a que o senhor não respondeu, mas que todos sabemos ser competência da Câmara, uma vez que esta competência não está delegada.

Para rematar o assunto das Águas e aproveitando a deixa final do senhor Presidente da Câmara que pediu o envolvimento de todos relativamente a esta questão do esclarecimento dos problemas das águas, aproveito para lançar o desafio ao senhor Presidente sugerindo-lhe que em vez de fazer uma nova carta dirigida aos munícipes, promova um debate público aberto à participação de todos, para que todos possamos ficar esclarecidos.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, para dizer que em relação às Águas se falou aqui em desresponsabilização. A Câmara é responsável porque investiu nas Águas do Noroeste. A Câmara como sócia das Águas

do Noroeste tem de se preocupar, principalmente com a boa gestão que a empresa deve ter.

Outro esclarecimento que queria dar à Câmara era que o Armindo Abreu não tem nenhum tacho nas Águas do Noroeste e muito menos ganha cinco mil euros por mês. Parece que esse boato corre nas redes sociais, que é um campo que não frequento. Falou-se na possibilidade de um representante dos municípios, vir a fazer parte do Conselho de Administração, sem poderes executivos, representante esse que já devia estar escolhido, para que os Municípios tivessem alguém com quem falar diretamente. Aliás esta situação resulta do contrato.

Em segundo lugar quer acrescentar que há um Conselho Consultivo em que o senhor Presidente da Câmara de Amarante deixou que fosse nomeado o senhor Presidente da Câmara de Celorico, que representa os Municípios nesse Conselho Consultivo que entre outras coisas é ouvido sobre o tarifário, não tendo contudo carácter vinculativo.

Em terceiro lugar está em discussão pública neste momento a convergência tarifária em todo o país, independentemente da vontade dos Municípios. O primeiro passo foi a fusão de sistemas e penso que não será a privatização. Alguns Municípios tomaram posição pública, outros impugnam em tribunal, mas não sabemos qual a posição pública da Câmara Municipal de Amarante quanto a esta fusão de sistemas.

Em quarto lugar é importante dizer que o novo estatuto da ERSAR, de 2014 dá poderes vinculativos para a fixação de tarifas da água. Os Municípios estão a perder competências nessa área. O processo que se vai seguir vai ser mais ou menos como processo da EDP. Vai ser criado um grande sistema com convergência tarifária. Não vimos a Câmara tomar posição pública sobre isto, ou pelo menos revelar que assim é.

Em quinto é preciso que se diga que a Câmara de Amarante primeiro deliberou aderir ao sistema multimunicipal em alta. Na altura o PSD elogiou e até disse que já íamos tarde de mais. Resolveu aderir em baixa, juntamente com mais vinte e tal municípios, para garantirmos o financiamento para os investimentos que ainda tínhamos que fazer, nomeadamente toda uma nova rede de distribuição à margem esquerda a partir do reservatório de Bustelo, que não sei se está já concluído. E por uma razão muito simples. Era política do governo de então e penso que essa política vai continuar, porque não há fundos comunitários para que as Autarquias possam fazer a gestão da água em sistema verticalizado. O que aconteceu no Quarto Quadro Comunitário de Apoio até 2010 foi a diretiva de que não haveria fundos comunitários para sistemas que não estivessem verticalizados. Foi modificado ainda em 2010, o que significava que não puderam fazer investimentos na zona norte, mas que depois veio a ser pago. Os cinco milhões foi o valor de todo o investimento que fizemos nas redes de água e saneamento no norte do concelho, como seja Telões, Freixo de Baixo, Freixo de Cima, Vila Garcia etc. Quando a partir de 2010 foi possível as Autarquias candidatarem-se isoladamente mesmo que não estivessem na gestão verticalizada, estávamos nós já numa fase muito adiantada de estudos. Mas é preciso dizer, até para que o debate tenha seriedade, que qualquer Autarquia a partir de 2010 para se candidatar tinha de fazer o D.E.E. Tinha de demonstrar a eficiência económica desse investimento. Isto é; tinha de demonstrar que as tarifas que estava a praticar, ou que teria obrigatoriamente de praticar eram suficientes para cumprir o princípio de utilizador/pagador, uma diretiva comunitária que já vem de 2009, isto no sentido de que as tarifas têm de repercutir o investimento, os custos de exploração e as provisões para alargamento e recuperação da rede e ainda uma retribuição do capital investido. Isto está legislado e pelo facto de ter havido muitas Câmaras que resistiram e não cumpriram e para que se cumprissem as metas, quer do PEASAR1, quer do PEASAR2, foi que o governo obrigou que houvesse investimentos com o D.E.E. a partir de 2010, ou então com os sistemas multimunicipais com a demonstração dos dados económicos sobre a sustentabilidade dos sistemas.

Apesar dos aumentos, que o PS nunca escondeu e apesar de não termos cumprido uma política que iniciamos e que se concluiria quando se entregasse o sistema às Águas do Noroeste, aí sim poderíamos ter visto se o PS teria um novo regulamento ou não. Mesmo assim continuamos com as menores taxas da região. Compare-se por exemplo com Celorico de Basto, com Felgueiras, com Paços de Ferreira, com Marco de Canavezes entre outros. Estas taxas estão publicadas e portanto é só consultá-las. Não devemos também esquecer as tarifas fixas e as tarifas de ligação, porque também há uma coisa que se tem sonogado a todos os cidadãos Amarantinos, é que quem entrar de novo no sistema não paga ramais de água nem de saneamento. Isso representa uma poupança inicial de 600 a 700 euros. Para esses a água não subiu assustadoramente. Para esses até diminuiu porque vão usufruir de poupança durante 5 ou 6 anos.

Na altura havia vinte Municípios a quererem aderir ao sistema. Alguns falharam porque inicialmente as Águas de Portugal entendiam que se podia pagar à cabeça a totalidade das infraestruturas. Alguns Municípios não iriam ter a garantia do dinheiro para o investimento, mas havia também os que já tinham feito os investimentos, como por exemplo Famalicão e Esposende e que nessa altura já praticavam tarifas mais altas que as da convergência. Por isso queriam entrar no sistema para receber à cabeça a totalidade do investimento já feito, porque no início quando se lançou este projeto da verticalização, as Águas de Portugal entendiam que deviam pagar à cabeça a totalidade dos investimentos já feitos pelos Municípios. Simplesmente a crise de 2011 e a impossibilidade das Águas de Portugal se socorrerem de financiamento bancário, levou-os a que não avançassem com esses pagamentos. Continuavam com o processo da verticalização mas não podiam pagar de uma só vez porque não tinham dinheiro. Propuseram-se pagar uma renda pelas infraestruturas que foram feitas pelos municípios. Portanto, é este o quadro geral.

Por último resta dizer que perdemos a capacidade de fixação das tarifas porque quem as decide é a ERSAR, tarifas essas com carácter vinculativo. Está-se a discutir, e a caminhar para a convergência tarifária. Aí é que a Câmara tem de ter uma opinião pública.

Terminou a intervenção dizendo que gostou muito do repto que senhora Deputada Octávia Clemente lançou. O debate deve ser realizado, com verdade e sem demagogia.

JOSE LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que aceitava o debate anteriormente proposto. Por aquilo que percebi os senhores Deputados aplaudem a iniciativa e eu fico contente que aplaudam. Eu repudio o facto de termos assinado este acordo. Eu já disse aqui e volto a dizer que com este ajustamento tarifário muito penalizador, vamos ter de perceber também o que vai acontecer nos próximos cinquenta anos.

Quando falam no abastecimento de água à margem esquerda esquecem-se do saneamento. É que não vai acontecer porque o investimento que está previsto pelas Águas do Noroeste para Amarante é residual para a margem esquerda. No debate público vou explicar o que vai acontecer. Numas contas que fizemos logo no início, nós tínhamos um prejuízo líquido com as águas e com o saneamento, grosso modo muito perto de um milhão de euros. Com o ajustamento tarifário, para além de cobrirem este prejuízo as Águas do Noroeste ainda terão um lucro de cerca de dois milhões de euros, valor muito significativo. Eu posso-vos garantir, e já que há aqui tantos gestores, que com dois milhões de euros fazia muitos trabalhos em termos de cobertura de saneamento em muitos sítios que não o têm.

Quando me falam em desresponsabilização e ao facto de eu estar a afastar-me do problema, pergunto quem é que resolveu o problema quando logo na primeira argolada das Águas do Noroeste, estes não deram resposta ao despejo de fossas. Foi este Executivo porque está atento e porque é responsável.

Quando falamos de verticalização, não posso deixar de culpar também este Governo, até porque fui eu um dos que me associei para que fosse interposta uma ação contra esta proposta, por uma razão muito simples. É que temos de ser coerentes na vida. Eu sou coerente, seja com este Governo seja com outro qualquer. Não costumo como alguns o fazem, tomar atitudes só quando dá jeito. E quando me vêm falar de solidariedade eu pergunto se quando se quer fazer uma barragem e há um encaixe de duzentos e trinta e um milhões de euros, onde está a solidariedade dos Governos. Quanto é que deixam ficar aqui? É aí que temos de provar a solidariedade. Não é como aconteceu em 1996, quando 22 municípios resolveram fazer um acordo e criaram as Águas do Douro e Paiva, acordo esse por trinta anos, estando a onze de acabar, em que é suposto que ao fim destes onze anos todos os ativos passem para os Municípios que aderiram. Mas por decreto acaba-se com isto? Por isso é que eu sou contra meus senhores. Já o assumi e não tenho problemas em o ter assumido. Eu não me escondo só porque o Governo é desta ou daquela cor. Eu tenho de defender os interesses do Município, porque foi para isso que fui eleito. Já o disse no passado quando o Governo era outro e já o disse com este Governo que esta verticalização é uma forma encapuçada de nós no futuro perdermos controlo e isto ser concessionado a privados. Alguém tem dúvidas disso? Esta verticalização é aplaudida por muitos, mas todos vamos ficar a perder muito com este negócio. Mais uma vez não vão ser só trezentos por cento de aumento com este tarifário único. Nesta altura o senhor Presidente da Assembleia, que estava na qualidade de Deputado solicitou ao senhor Presidente que fizesse contas ao que ele lhe respondeu que para os primeiros cinco metros cúbicos pagamos cinco euros. No ajustamento vamos pagar quinze euros e trinta e nove centavos. Fazendo contas vê-se logo que o aumento é 300%.

Resumindo sou contra a verticalização. Este negócio é muito mau para Amarante e para os Municípios. Sem esta adesão podíamos fazer investimentos em infraestruturas muito interessantes e assim já nada vai acontecer.

Disse ainda ao senhor Deputado Armindo Abreu que não sabe o que anda nas redes sociais e portanto não lhe vai responder.

Relativamente ao Conselho Consultivo, não lhe fica bem ter dito o que disse, porque o senhor sabe muito bem que quando chegou à reunião do Conselho Consultivo já havia dois nomes escolhidos; um do PS e outro do PSD. Nessa altura só havia uma Câmara PSD, que era a de Celorico. Nessa reunião houve um Presidente de Câmara do PS que disse que seria o da Trofa porque era do PSD e pelo PS seria o de Arouca. Claramente a partidária a entrar em ação. Portanto, por uma questão ética o que se devia ter dito aos Presidentes da Câmara do PSD era que escolhessem um dos seus Presidentes e da mesma forma aos do PS. Não fizeram isso e procuraram logo inquinar o processo. Havia três autarcas, o de Amarante, o da Trofa e o de Celorico, que já estava indicado. Amarante não podia vir dizer que seria um ou outro escolhido. E sendo assim, fui eu que de uma forma racional alertei para o facto da Trofa não ter água, logo não fazia qualquer sentido que fizesse parte. Assim foi e só por essa razão é que ficou o Presidente da Câmara de Celorico, até porque já vinha do passado. Amarante, como maior acionista até podia ter ficado. Mas por uma questão de cortesia ficou Celorico. Nada mais do que isso. Aliás o ajustamento tarifário já estava decidido. Constava já do contrato que tinha sido assinado pelo anterior Presidente da Câmara. Aliás o que se tratou foi ajustar o tarifário durante o período de convergência. Nada mais.

O senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra, para dizer que a lei diz que os Municípios não têm autonomia para fixar tarifários. E também reconhece que já há muito tempo existe o princípio que nós devemos cumprir no direito interno português que é o princípio do consumidor/pagador, com legislação abundante em termos de diretivas comunitárias.

SSO PLURIANUAL – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – ANO LETIVO 2015/2016

Usaram da palavra os senhores:

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra disse que este plano de transportes escolares é para vigorar no ano letivo 2015/2016 e foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara e apresentado atempadamente ao Conselho Municipal da Educação, onde também teve um parecer favorável. As grandes diferenças deste plano de transportes em relação ao que vigorou até agora, é que a Câmara participava a 100% os passes dos alunos do escalão A, 75% os do escalão B e 50% o do escalão C, isto no que diz respeito ao ensino secundário, do décimo ano ao décimo segundo ano. No próximo ano letivo irá participar a 100% o valor dos passes de todos os alunos. Com esta medida todos os alunos do Município de Amarante do primeiro ano ao décimo segundo ano irão usufruir de transporte escolar gratuito, conforme obrigam os normativos legais e que muito bem o Município de Amarante está a pôr em ação.

No que diz respeito ao ensino secundário, do décimo ano ao décimo segundo ano, apesar da obrigatoriedade de frequência já vigorar desde o ano de 2009, a legislação não acompanhou no que diz respeito aos transportes escolares. A Câmara resolveu adiantar-se um pouco, sempre com o intuito de servir o melhor possível os Amarantinos.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra começou por dizer que fazia parte do Conselho Municipal de Educação, na qualidade de dirigente de uma IPSS e que muito bem decidiu a Câmara suportar na íntegra o custo dos transportes, até porque há alunos que têm neste momento dificuldade em pagar o passe. No entanto, também se deve referir que podia não o fazer. Há muitos municípios que ainda não o fizeram, embora havendo já alguns que já o fazem há muitos anos.

Adiantando um pouco daquilo que foi aqui a discussão ao longo do período da antes da ordem do dia, seria um caso de diferenciação positiva ou negativa. Se eventualmente os alunos que estão abrangidos pela escolaridade obrigatória, até ao decimo segundo ano, não tivessem a mesma regalia e o mesmo privilégio que têm os alunos até ao nono ano. Portanto, a Câmara de Amarante andou e não podia fazer diferenciação positiva ou negativa porque seria injusta. Fez ao fim e ao cabo aquilo que lhe compete. Não foi das primeiras mas também não foi das últimas e por isso há que louvar, numa altura de dificuldades financeiras e não retirar esse direito às famílias que mais precisam e porque também são essas que fazem um maior esforço. Quem muito tem não sente a dificuldade de ter de pagar dez, vinte ou trinta euros pelo passe escolar.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Da votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE** para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS

Usaram da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que podia falar à vontade porque o PS não lhe ia responder.

Esta proposta de redução do IMI é uma boa proposta em termos substanciais e de princípio. Mas os senhores Vereadores da oposição, com tanta preocupação e bem, que têm tido como rigor e com o erário público apresentam uma proposta sem qualquer estimativa de despesa fiscal, nada se sabendo sobre o impacto orçamental que isto possa ter. É um autêntico experimentalismo como disse o senhor Vereador do Movimento Amarante Somos Todos, mas que também acabou por aprovar a proposta.

Agora, já não houve qualquer contestação ao princípio da universalidade como houve quanto aos manuais escolares. Eu penso que no anterior Executivo esta proposta não seria sequer apresentada e muito menos aprovada porque alguém diria: “qual a emissão da receita, onde corto, o que é que deixo de fazer. Diria e diria bem. E diria também que haveria uma ingerência no orçamento e uma interferência na gestão municipal inaceitável. Mas de todo o modo concordamos com o princípio e com a substância da proposta, até porque foi introduzida a nível nacional pela maioria PSD/CDS. Portanto registamos com satisfação a sua adoção pelo PS de Amarante. A proposta é acompanhada de um parecer técnico assinado pelo senhor Diretor da DAG, Chefe da Divisão Financeira que nas suas conclusões diz que “a deliberação a tomar pela Assembleia sob proposta da Câmara terá de ser fundamentada e fazer-se acompanhar da estimativa da despesa fiscal nos termos do artigo 16º, nº2 da Lei 73/2013, lei que define o regime financeiro das autarquias locais. Ora, que eu visse, a proposta do PS não inclui a tal estimativa da despesa fiscal, conforme o legalmente previsto. E diz este parecer que “seria critério prudente aguardar-se pela execução orçamental, reportada a três trimestres, para se poder avançar com a estimativa da despesa fiscal prevista na lei” . Diz o parecer ainda que “em termos financeiros julga que no decurso do mês de setembro, onde por norma se fixa a taxa de IMI, seria o calendário adequado para se levar a proposta aos órgãos do município, uma vez que a proposta só produzirá efeitos em 2016”. Isto quer dizer que pode vir tempestivamente ser submetida e aprovada em reunião de Assembleia em setembro. Nessa altura, já estarão eventualmente em condições de incluir a tal estimativa de despesa fiscal que a lei prevê, até para se ter uma ideia aproximada do impacto orçamental. Neste momento não se consegue avançar qualquer valor. Ora, não é este o rigor nem a preocupação com o erário público que todos devemos ter e pelos quais os senhores Vereadores da oposição tanto têm pugnado. Portanto, seria de alguma cautela retirar a proposta agora e submetê-la em setembro uma vez que ainda vai a tempo para produzir efeitos, fazendo-a acompanhar pela tal estimativa da despesa fiscal. Nessa altura estaremos disponíveis para a aprovar sem qualquer problema, pois como dissemos concordamos com o princípio e com a substância. Não sendo assim, sugere-se à bancada do PSD que se abstenha.

SARA MAIA – PS

Relativamente a este ponto, a senhor Deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Como é de conhecimento público, confirmou-se o pior dos receios em relação ao imposto municipal sobre imóveis, na medida em que, chegou ao fim a cláusula de salvaguarda, um mecanismo que impediu que em 2013 e 2014, o IMI excedesse o maior dos seguintes limites: 75,00 euros ou um terço da diferença entre o imposto resultante da avaliação e o devido em 2011 (pago em 2012).

Sucedo que, o Governo, extinguiu tal cláusula de salvaguarda, apesar de severamente criticado, pelos partidos da oposição, tendo o partido socialista, defendido a manutenção da cláusula de salvaguarda até o seu efeito se esgotar junto de cada contribuinte.

De referir ainda, que foram vários os fiscalistas, associações de proprietários e associações de defesa dos consumidores, que alertaram, sem sucesso o Governo, para as consequências da extinção de tal cláusula de salvaguarda, a qual teria um impacto desastroso, junto da maioria das famílias portuguesas, as quais já se encontram numa situação económica difícil, e que certamente não conseguirão pagar o

imposto devido, correndo o sério risco de contra si serem instaurados processos de execução fiscal.

Os municípios, inclusive o de Amarante, passarão arrecadar receitas de IMI substancialmente superiores às obtidas até aqui, uma vez que com a cessação da cláusula de salvaguarda, a grande maioria dos proprietários suportará o IMI pela sua totalidade.

No concelho de Amarante, a maior parte dos imóveis avaliados constitui a habitação própria e permanente dos seus proprietários, recaindo o agravamento do IMI essencialmente sobre a classe média, cada vez mais pobre, a qual tem sido severamente fustigada pelo incessante aumento da carga fiscal.

Atendendo à grave crise económica que o país atravessa, esta realidade terá um grande impacto negativo junto das famílias Amarantinas.

De referir, que muitos dos Amarantinos, para fazer face às suas necessidades habitacionais, adquiriram casa para habitação própria e permanente, recorrendo ao crédito, pelo que, o valor mensal deste encargo, acrescido do aumento da carga fiscal com o IMI, fará com que muitos deles se vejam confrontados com a impossibilidade de pagar o referido imposto.

Ora, como todos sabemos, hoje a máquina fiscal é cada vez mais célere e implacável, pelo que o incumprimento das obrigações fiscais, acarretará processos de execução fiscal, para cobrança coerciva do IMI, correndo muitos dos Amarantinos, o risco de virem a perder as suas casas.

O Orçamento de Estado para 2015 (Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro de 2014 - DR 1ª série nº 252), procedeu à alteração da redacção do artigo 112º do CIMI, consagrando no nº 13 daquele artigo, a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa de IMI que vigorará no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos previstos no artigo 13º do Código de IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de Dezembro.

Sendo expectável, por tudo quanto foi exposto, que as receitas do IMI referentes ao ano de 2015 no Município de Amarante sejam muito superiores às do ano transato, tal como tem vindo acontecer, defende o Partido Socialista, que sem pôr em causa o equilíbrio económico-financeiro da autarquia, deverá a Assembleia Municipal, fixar uma redução à taxa de IMI no município de Amarante, em 5%, para agregados familiares com um dependente a cargo, 10% para agregados familiares com dois dependente a cargo, 20% para agregados familiares com três dependente a cargo, nos termos do n.º 13, do artigo 112.º do CIMI, de forma aliviar o fardo fiscal das famílias amarantinas.

Deste modo, atendendo aos relevantes interesses em causa, nomeadamente, ao direito à habitação, constitucionalmente consagrado no artigo 65.º da Constituição da República, já que grande parte do IMI cobrado no nosso município respeita precisamente a imóveis que constituem a habitação própria e permanente dos seus proprietários e respetivos agregados familiares, o partido socialista, considera ser da mais liminar justiça aprovar nos termos do artigo 112º nº 13 do CIMI, a redução da taxa de IMI nos termos propostos pelos vereadores do partido socialista, motivo pelo qual os deputados municipais do partido socialista, votarão favoravelmente este ponto”.

MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra o senhor Deputado começou por dizer que é sempre reconhecer ao PS alguma evolução a favor da propriedade. Esta medida que aparentemente parece ser uma medida compensatória da vontade do Executivo em manter este apoio social às famílias amarantinas, com filhos a estudar no ensino básico, julgo que é de facto a demonstração de algum descuido, ainda que se procure aqui plasmar a proposta do Governo acerca desta medida, eu diria que os que estudam

no primeiro ciclo podem ser filhos de pais com habitação própria, ou de pais com habitação arrendada. Não havia discriminações. Esta medida compensatória invocada nos argumentos de apoio social é uma medida que discrimina as famílias que não têm habitação própria. Só considerou as famílias que têm propriedade. E o curioso, é que se queremos invocar esta medida como uma medida de apoio à natalidade, curiosamente as famílias que não têm casa própria, diria eu, que quase não podem ter filhos, porque essas não são compensadas com esta medida. Eu acho que não me parecem ajustados os argumentos que têm vindo a ser invocados e associando uma medida à outra, acho que eticamente não se esteve bem.

Esta medida não compensa. Eu pergunto se alguém saberá quantas famílias temos em Amarante com um filho, com dois, três ou quatro filhos? E já agora alguém saberá qual o valor médio da propriedade urbana em Amarante? Qual será o valor médio do IMI pela propriedade urbana? Sabemos isso? Temos esses dados? Que repercussão isto vai ter?

Em bom rigor, não podemos andar isoladamente a “inventar” algumas medidas para agradar socialmente e politicamente. Se considerarmos que a propriedade média em Amarante anda pelos 70.000 euros, depois das matrizes atualizadas, isso tem em média para o IMI, um valor próximo dos 300 euros por ano, tendo em conta que Amarante tem taxas baixas. Se nós considerarmos 5% para um agregado familiar com um filho, vai repercutir-se um abatimento de apenas 15 euros por ano. Portanto, nós daríamos um maior contributo a essas famílias se tivéssemos apoiado a primeira medida que aqui foi falada no Período de Antes da Ordem do Dia, que era o apoio aos manuais escolares.

Para terminar diria o seguinte: “a medida passa, mas vai ter pouca repercussão na vida das famílias. Não vai ajudar muito e não vai conseguir evitar, em meu entender a discriminação que o primeiro assunto que foi discutido no Período de Antes da Ordem do Dia acaba por causar nas famílias Amarantinas”

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por dizer que lhe pareceu haver algum desfasamento na coligação naquilo que é a defesa da versão da coligação, relativamente à versão do PSD, do Dr. Araújo e depois ainda da versão do CDS.

O Dr. Araújo levantou a questão de forma na proposta. Em cumprimento do rigor e da seriedade daquilo que é a postura do PS, é importante que seja esclarecido que a postura do PS se mantém no que diz respeito às questões de rigor e seriedade relativamente às propostas que são apresentadas. Quando o PS apresentou esta proposta e ela foi discutida na Câmara, uma das questões que foi levantada, e bem, o Executivo requereu um parecer jurídico, antes da discussão do assunto, e se eu bem percebi o dito parecer dos serviços reconhecia que os Vereadores do PS não tinham condições para aceder a essa informação, mas a verdade é que não tinham os Vereadores do PS nem a própria Câmara. A informação que a Autoridade Tributária é obrigada a fornecer à Câmara, não inclui estes dados, sendo ainda certo que o adiar para setembro não adianta rigorosamente nada, porque se calhar o parecer que foi dado não teve em conta que agora a cobrança é em abril e em novembro e não em setembro. Há ainda a possibilidade de uma prestação em junho, para aqueles contribuintes que ultrapassem os 250 euros por prestação. O parecer não teve esta situação em consideração. Portanto, os dados que o Executivo vai dispor em setembro são os mesmos que hoje possuem. Mesmo tendo já presente a cobrança, a desagregação destes dados não vai ser possível. Só pelo experimentalismo que o Dr. Araújo referiu é que vai ser possível saber qual o impacto fiscal desta medida. Uma coisa é certa; a eliminação da salvaguarda desta medida vai fazer, aliás já fez, por isso é que houve muitas reclamações, porque aqueles que tenham de pagar IMI e que haja aumento do valor a cobrar, fará com que haja um aumento do valor da receita. Vai

alterar com efeito o valor das contas finais, que mesmo assim terão um valor mais reduzido do que aquele que se apurará em termos de retorno.

Por último, relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado do CDS, disse que o IMI tem a ver apenas com quem o paga. Aliás, a lei prevê que aqueles que não têm condições económicas para o pagar estão isentos, além de que também está previsto que os prédios de valor reduzido também estão isentos. Sendo assim, não entende porque é que a proposta foi posta em causa.

RITA MARINHO BATISTA – PSD

No uso da palavra disse que lhe parecia no mínimo caricato que em determinadas alturas atribuam elevados valores aos pareceres jurídicos, mesmo quando eles dizem “entendemos”, ou não dizem “tenho a certeza” ou “é isto que a lei diz”. Noutras alturas quando o parecer tem um sentido que não nos é tão favorável, já não vale tanto. No caso o parecer a que se agarram diz “entendemos”. A questão, trata-se de procurar saber se os proponentes tinham acesso à informação. Entendemos que não. Desde logo por estarem em regime de não permanência.

A questão que se coloca aqui é sabermos que a lei diz que para deliberarmos validamente temos de cumprir a lei e ter em atenção a tal estimativa da despesa fiscal, para assim podermos ter uma deliberação regular, ou então vamos experimentar um ano, esquecer o que diz o parecer. Se entendermos que isto é razoável eu aplaudo a medida. É uma medida muito boa, mas como tantas outras tem de cumprir os requisitos legais. Por isso é que se calhar esta medida podia esperar mais um tempo e ter uma posição mais sustentada, procurando encontrar-se uma forma de ter acesso aos dados. Isto não justifica o facto de podermos cometer aqui uma ilegalidade.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que não foi ele quem falou em experimentalismo.

Depois, é preciso ver que Amarante já tem a taxa mínima de IMI e que ainda está prevista uma redução no âmbito da ARU.

De facto estranha ainda que a Dra. Octávia tenha dito que não lhe respondia mais, mas falou no seu nome. Mais estranho é quando ela como jurista veio à tribuna procurar dar a volta para explicar não se sabe bem o quê.

MOURA E SILVA – CDS/PP

Disse que ia usar da palavra para esclarecer alguma dúvida que tenha ficado da sua anterior intervenção. Não sabe efetivamente quantas famílias em Amarante estão isentas de IMI. O que foi aprovado de novo para o próximo ano é que “estão isentos de IMI os agregados familiares com rendimentos inferiores a 15.295,00 euros e com um património até 66.000,00 euros. A média do património em Amarante será pouco superior a esta. Portanto, o que quero dizer de uma forma clara, é que a medida não favorece a natalidade e é direcionada para quem é mais rico, para quem tem uma habitação cara e para quem tem mais filhos. Essa medida de alguma forma não serve se comparada com outras. Se queremos ajudar as famílias Amarantinas neste momento de crise que abrange transversalmente toda a gente, verificamos que esta medida não compensa com aquilo que lhes retiramos no apoio aos manuais escolares.

SARA MAIA – PS

No uso da palavra começou por referir-se às palavras do senhor Deputado Moura e Silva, quando este diz que a medida não fará sentido porque quem não tem casa e não tem filhos não é contemplado. Não é contemplado nem pode ser porque estamos a falar de um imposto sobre a tributação do património. Quem não tem casa para habitação permanente será aquela parte da população que é considerada efetivamente pobre. Outra categoria de que também falou e está isenta está exatamente no mesmo limiar. Quem vai ser efetivamente afetada é a classe média.

Também disse que esta medida não constitui um incentivo à natalidade. Não sei se constitui ou não, mas existe um estudo de uma comissão independente elaborado pelo professor Joaquim Azevedo da Universidade Católica que diz que as alterações a levar a cabo pelas Autarquias constituem só por si um incentivo à natalidade.

Relativamente à questão dos dependentes também lhe parece que há na intervenção do senhor Deputado alguma confusão porque os dependentes não são só os filhos. Aliás basta consultar o artigo 13º do código do IRS, para verificar que o leque de dependentes é muito mais alargado.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 22, Votos a favor – 27.** Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos por **Unanimidade.** Foi apresentada uma declaração de voto subscrita pelo senhor Deputado Dr. António Araújo que a seguir se transcreve: *“os membros do PSD abstiveram-se com base no parecer que acompanha a proposta e porque, apesar de concordarem com o princípio e a substância da mesma, consideram que ela devia incluir a estimativa da respetiva receita fiscal, conforme legalmente previsto (artigo 16º, nº 2 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro)”*.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL PARA 2015

Usaram da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a proposta foi aprovada na Câmara pelos Vereadores do PS. Quem gere os destinos do Município deve também decidir de que forma deve dotar o quadro de pessoal. De qualquer das formas é de salientar o facto da proposta não especificar, convenientemente o cumprimento da legislação relativamente às restrições que são impostas à Lei do Orçamento Geral do Estado. A Câmara tem de fundamentar o facto de não haver aumento da despesa como pessoal e para isso não basta dizer que saíram 22 colaboradores. A argumentação usada agora, é a mesma que já nos foi presente anteriormente.

Relativamente aos funcionários que saíram, e porque não tenho a certeza que assim seja, uma vez que eles podem regressar a qualquer altura, bem como aqueles que foram objeto de mobilidade em regime de interesse público, gostava de ser esclarecida quanto às saídas destes funcionários.

Quanto à criação dos três lugares de Técnico Superior de Direito, ficamos todos muito mais descansados porque a Câmara vai ficar muito mais apetrechada com mais estes três funcionários. Certamente, algumas das discussões que aqui temos tido deixarão de existir, porque ficamos com técnicos avalizados para nos darem os pareceres. Acontece é que os dois que saíram podem regressar a qualquer momento e aí corremos o risco de ficarmos com cinco.

ANDRÉ MAGALHÃES – VEREADOR

No uso da palavra o senhor Vereador disse que relativamente ao calculo da despesa referida pela senhora Deputada Octávia Clemente, a alteração ao mapa de pessoal apenas reflete as necessidades identificadas. Os cálculos quanto ao aumento da despesa terão de ser justificados quando há propostas para a inclusão de novos funcionários, com a abertura de procedimentos concursais, internos ou externos. Nesse momento teremos de fazer o cálculo para poder fazer essa abertura. O mapa de pessoal reflete acima de tudo quais as necessidades existentes. Não quer dizer que haja lugar à contratação ou à mobilidade. Quer dizer que se para alguns destes casos for necessário recorrer a um desses modos de contratação podemos fazê-lo porque há esse lugar no quadro. Só no momento da decisão de fazermos alguma destas

contratações, ou usarmos a figura da mobilidade é que é necessária a justificação da despesa.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que a necessidade do mapa de pessoal acompanhar o orçamento passou a ser obrigatório, exatamente a partir do momento em que o mapa de pessoal contemple todas as necessidades do Município e que as mesmas estejam refletidas em termos orçamentais. E como não poderá deixar de ser este reflexo tem de acompanhar a informação aquando da alteração ao mapa de pessoal. Por isso é que o mapa de pessoal deve vir à aprovação juntamente com o orçamento. Foi esse cumprimento rigoroso de incluir todas as despesas que devem estar incluídas no orçamento e por isso é que elas têm de acompanhar o mapa de pessoal. Não faz sentido que só quando se pretende abrir um concurso se contabilize. Tem de ser contabilizado previamente para ver se se pode ou não aumentar a despesa. Neste momento, estamos a dar autorização para que o Município promova essa contratação. Não estamos a dizer se vai poder ou não abrir o concurso. A partir do momento em que a Assembleia der autorização a Câmara está avalizada a proceder à abertura do concurso. Nessa altura é que temos de ver se estão ou não a cumprir os limites da despesa. Como é uma questão jurídica e técnica, não se vai alongar mais no assunto, mas entende que a Câmara devia aproveitar os pareceres jurídicos que tem pedido e verificar se o procedimento que tem tido é o mais correto. Independentemente de tudo isto o PS votará favoravelmente a proposta.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 4, Votos a favor – 47.** Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade.**

PONTO Nº 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. O senhor Presidente da Mesa deu então por encerrados os trabalhos quando era uma hora e quarenta minutos do dia vinte e sete de junho.

Da presente reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

